



INTERSTÍCIOS URBANOS

INTERIORES DE QUARTEIRÃO COMO OPORTUNIDADE DE REGENERAÇÃO URBANA

Carlota Granado Botelho Amaro de Oliveira
(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientador Científico: Professor Doutor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Júri:

Presidente: Professor Doutor Luís Miguel Cotrim Mateus

Vogal: Professor Doutor Jorge Mealha

Lisboa | FAUL | Janeiro 2017

RESUMO

Em *Interstícios Urbanos*, centraliza-se a problemática da reativação de fragmentos da malha urbana como propulsor de regeneração urbana e incentivo para posteriores ações no território. Através de uma análise do contexto histórico de Lisboa e posteriormente, do local de intervenção, Marvila, pretende-se perceber como se deve intervir para melhor responder às falhas sociais, económicas e urbanas identificadas. Com o intuito de recuperar áreas degradadas e obsoletas, a intervenção em interiores de quarteirão torna-se, no presente trabalho, catalisador do cosimento da cidade e gerador de novas infraestruturas que servem os seus habitantes.

Feridas na malha urbana, vazios, pausas, espaços intersticiais dão agora lugar a diferentes usos e atividades que procuram satisfazer as exigências e colmatar as carências de uma sociedade atual. Percebendo que se trata de um elemento em constante transformação, o projeto deve adaptar-se a eventuais transformações, caso contrário, entrará em rotura.

Neste contexto, desenvolveram-se infraestruturas que procuram uma heterogeneidade no centro urbano, com vista à sua dinamização e reintegração na cidade de Lisboa. Dividiu-se assim, o trabalho em três partes. Na primeira, pretende-se desenvolver uma reflexão crítica sobre o passado histórico da habitação e as suas transformações e adaptações espaciais, no sentido de desenvolver uma proposta racional que consiga acolher diferentes realidades dos agregados familiares e satisfazer as suas necessidades sociais, económicas e tecnológicas. A casa, enquanto elemento fulcral no desenvolvimento da sociedade, torna-se estruturante para o funcionamento saudável de uma cidade.

Por conseguinte, verifica-se que uma solução habitacional deva ser capaz de acompanhar, por um lado, as mutações da sociedade ao longo do tempo, e por outro, em simultâneo, as variações no agregado familiar.

Na segunda parte, abordam-se os princípios da reconversão de antigas áreas industriais através de uma proposta de reabilitação de um armazém parcialmente obsoleto, com usos e atividades hoje ausentes em Marvila.

A terceira, passa por perceber a importância dos espaços públicos, responsáveis pela qualidade urbana e sustentabilidade da cidade.

Torna-se assim objeto principal deste trabalho, promover a unificação das diversas áreas da cidade, com propostas públicas e semi-públicas no interior dos quarteirões, articulados entre si através de novos atravessamentos e espaços de utilização coletiva. Da escala urbana à escala humana, o projeto propõe um conjunto de intervenções sobre um contexto urbano concreto, com vista à sua regeneração.

Palavras-Chave: Vazios Urbanos, Regeneração Urbana, Habitação, Flexibilidade, Interior de Quarteirão.

ABSTRACT

Interstícios Urbanos focuses on the issue of fragments' reactivation of an urban mesh as a propellant of urban regeneration and encouragement for further actions in the territory. Through an analysis of the historical context of Lisbon and later, of the intervention site, Marvila, we intend to understand how to better respond to social, economic and urban failures. In order to recover degraded and obsolete areas, the intervention in the interiors of the block becomes, in the present thesis, unification of the city and generator of new infrastructures that serve its inhabitants.

Voids, gaps, pauses, interstitial spaces now open possibilities to create different uses and activities that seek to meet the demands and fill the needs of a current society. As an element in constant transformation, the project must adapt to eventual transformations, otherwise it will break.

In this context, it has been developed infrastructures that seek an heterogeneity in the urban center, which intends a dynamization and the reintegration of Marvila in the city of Lisbon. The work was divided in three parts. The first develops a critical reflection on the historical past of housing and its transformations and spatial adaptations. The purpose would be to develop a rational proposal that can accommodate different realities of households and satisfied their social, economic and technological needs. The house, as a key element in the development of a society, becomes structuring for the healthy functioning of a city. Therefore, a housing solution should be able to monitor, on one hand, with the changes of the society over time, and on the other hand, simultaneously with the variations in the household.

In the second part, the principles of the reconversion of old industrial areas are addressed through a proposal to rehabilitate a partially obsolete warehouse, with uses and activities that are currently missing nowadays in Marvila.

The third one, we intend to understand the importance of the public spaces, as responsible for the urban quality and sustainability of the city.

It becomes the main object of this thesis, to promote the unification of the different areas of the city, with public and semi-public proposals within the blocks. The goal would be the articulation among themselves through new crossings and spaces of collective use. From the urban scale to the human scale, the project proposes a set of interventions on a concrete urban context, with a view to its regeneration.

Key-words: Urban Voids, Urban Regeneration, Housing, Flexibility, Interior block

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, queria agradecer ao meu orientador, Professor Hugo Farias, pela sua compreensão, motivação, disponibilidade e paciência ao longo deste último ano. Mais do que este ano, os meus cinco anos de curso, onde sempre pude encontrar, incondicionalmente, a sua atenção e ajuda em qualquer corredor da faculdade. Ao seu interesse e dedicação que demonstrou pelo meu trabalho, pelos meus progressos, pelas minhas regressões, pelo meu esforço, pelas minhas tentativas mal sucedidas, por todo o processo que só aconteceu graças à sua partilha de conhecimentos e sabedoria sobre arquitetura e não só. Obrigada pelo acolhimento, pelo apoio e pela circunstância de me ter dado a oportunidade de ser sua “aprendiza de arquitetura” num momento mais difícil. Por isto e muito mais, um obrigado.

Aos meus colegas de faculdade, companheiros de dia e noite, companheiros da minha vida académica e que hoje posso chamá-los de amigos para a vida. Em especial à Joana, ao Ricardo e à Carolina que me confortaram, compreenderam, ouviram e apoiaram em dias e noites de trabalho, dias e noites que se tornaram em memórias e momentos que ficarão, certamente, para a eternidade.

Às minhas amigas de sempre, à Filipa, à Raquel, à Marina e à Maria que pela sua amizade, persistência e carinho me proporcionaram momentos de descontração e foram pilares de apoio e incentivo.

A toda a minha família, pelo seu amor e apoio incondicional ao longo deste percurso pessoal e académico e pelas oportunidades que me foram conseguindo proporcionar.

Por fim, aos meus pais, Eduardo e Ana Teresa, e irmãos, Duarte e Mafalda, a quem dedico este trabalho. Foram vocês que me tornaram no que sou hoje e a vocês devo tudo.

ÍNDICE GERAL

I	Resumo	
III	Abstract	
V	Agradecimentos	
VII	Índice Geral	
IX	Índice de figuras	
XIV	Índice de peças desenhadas	
Introdução Geral		
	Apresentação e Justificação do Tema	1
	Objetivos	4
	Estrutura do Documento	5
01 	Estado da arte	7
	Enquadramento histórico da cidade de Lisboa – Foco na Zona Ribeirinha Oriental	9
	Um olhar sobre Marvila	12
02 	Regeneração Urbana	17
	Conceito e complementaridades	19
	O território enquanto oportunidade	25
03 	Vazios urbanos	29
	Definição do conceito	31
	Vazios como oportunidade no território	33
	Interiores de quarteirão	35
04 	Um Habitar Flexível	39
	O habitar	41
	Flexibilidade e Adaptabilidade	43
	<i>Conceito de Flexibilidade</i>	45
	<i>Outras perspectivas</i>	48
	Contextualização histórica	53
	Le Corbusier, Mies e Wright – Os cinco pontos da Nova Arquitectura	57

05 A Proposta	63
Proposta para Interiores de Quarteirão em Marvila	66
Estratégia Urbana: Primeira fase de trabalho	70
Proposta Individual: Segunda fase de trabalho	74
<i>Conjunto Habitacional</i>	77
<i>Conceito e Desenho</i>	79
<i>Habitação Flexível e Adaptável</i>	82
<i>Materialidade</i>	88
<i>Edifícios destinados à habitação e comércio de rua</i>	90
<i>Reabilitação do Armazém</i>	92
<i>Espaço Público Urbano</i>	96
Conclusão	99
Bibliografia	101
Anexos	109

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1.** Foto aérea do Poço do Bispo, Marvila (1950)
Em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=275303&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>
- Figura 2.** Detecção de situações e elementos com relevância e potencial, e urgentes de intervenção.
- Figura 3.** Frente Ribeirinha de Alfama – 500 anos de aterros
Em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rgci/v12n1/v12n1a03.pdf>
- Figura 4.** Panorâmico do rio Tejo (1906)
Em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=254927&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>
- Figura 5.** Passagem de nível na Linha do Norte, Marvila 1940
Em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=263244&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>
- Figura 6.** Mapa dos Foros de Marvila (1752)
Em: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.ro/2013/05/rua-do-acucar-iii.html>
- Figura 7.** Doca do Poço do Bispo, antes das novas obras no Porto de Lisboa, vendo-se à esquerda a casa Abel Pereira da Fonseca (1938)
Em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=266363&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>
- Figura 8.** Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, armazém de vinhos (1966)
Em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=309865&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

Palácio Braço de Prata, séc. XVII (1941)

Em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=257015&AplicacaoID=1>

Figura 9.**Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948**

Em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>

Figura 11.**Qualificação do Espaço Urbano PDML, 2012**

Em: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=257015&AplicacaoID=1>

Figura 12.**A evolução da regeneração urbana por década e tipo de políticas**

Em: MENDES, Luís, A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo, urbe. Revista Brasileira de Gestão, v. 5, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 2013

Figura 13.**Plantas da Evolução histórica de Marvila****Figura 14.****Três possibilidades de distribuição numa mesma habitação. Conjunto habitacional de Alain Sarfati, em Meaux, França (1996)**

Em: PARICIO, Ignacio, SUST, Xavier, La vivienda contemporánea, Programa y tecnología, ItC, Institut de Tecnologia de Construcción de Catalunya, 1998. p.25

Figura 15.**Esquema que aborda o processo da conceção de uma estrutura habitacional com a participação da comunidade**

Em: HABRAKEN, N. John, El diseño de soportes, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979. p.73

Figura 16.**Compartimentação do espaço através de painéis móveis numa planta com estrutura "limpa e ampla". Casa Schroeder (1924) de Gerrit Rietveld**

Em: PARICIO, Ignacio, SUST, Xavier, La vivienda contemporánea, Programa y tecnología, ItC, Institut de Tecnologia de Construcción de Catalunya, 1998. p.92

Figura 17.**Esquema explicativo da hierarquia dos conceitos estudados por Robert Schmidt**

Em: SCHMIDT, Robert, What is the meaning of adaptability in the building industry?, Inglaterra, Loughborough University, 2010.

Figura 18.

Figura 18.

Projeto habitacional, Carabanchel, Aranguren + Gallegos, Madrid

Em: http://www.arangurengallegos.com/ag/portfolio_page/housing-in-carabanchel/

Figura 19.

Desenho de J. Habraken, que exemplifica as diferentes apropriações de espaço com o mesmo suporte. Segunda imagem: divisão do “suporte” em zonas e margens que determinaram a organização e distribuição de espaços da primeira imagem

Em: HABRAKEN, N. John, El diseño de soportes, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979. p. 45

Figura 20.

Fotografias referentes à espacialidade interior de uma habitação típica japonesa

Imagem 1 Em: <http://theotakuexception.com/casa-tradicional-japonesa-e-seus-elementos/>

Imagem 2 Em: <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/236x/72/d5/20/72d520f568748b139d425fdacba09f7b.jpg>

Imagem 3 Em: <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/236x/04/97/ee/0497ee71a054bbf6a99f675bda456ad3.jpg>

Figura 21.

Maquete exemplificativa da utilização de unidades separáveis para a definição de espaços dentro de um suporte

Em: HABRAKEN, N. John, El diseño de soportes, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979, p.131

Figura 22.

Croqui de Le Corbusier sobre “Os 5 pontos da nova arquitetura” (1929). Lado esquerdo, a nova arquitetura. Lado direito, a antiga arquitetura

Em: <https://histaq.wordpress.com/2012/11/24/le-corbusier-1a-parte-1919-1932/>

Figura 23.

Desenho da estrutura “Casa Dom-ino”, 1914-1917 de Le Corbusier

Em: <https://classconnection.s3.amazonaws.com/133/flashcards/190133/jpg/domino.jpg>

Figura 24.

Casa Tugendhat de Mies Van der Rohe, Brno, República Checa, 1930

Em: <https://arquiteturadesonho.wordpress.com/2013/12/16/casa-tugendhat-de-mies-van-der-rohe-e-o-livro-a-sala-de-vidro/>

Projectos de Frank Lloyd Wright
 Fallingwater House, Pennsylvania, 1936.
 Em: <http://www.fallingwater.org/>
 Robie House, Chicago, Illinois, 1910.
 Em: <http://www.traveller.com.au/things-to-do-in-chicago-usa-one-day-three-ways-gjeom3>
 Westcott House, Springfield, Ohio, 1906.
 Em: <http://flwright.org/researchexplore/wrightbuildings/westcotthouse>

Figura 25.

Ville Savoye de Le Corbusier, Poissy, França, 1929-1931
 Em: <https://histaq.wordpress.com/2012/11/24/le-corbusier-1a-parte-1919-1932/>

Figura 26.

Planta de Marvila (Ortofotomapa), com destaque à zona de intervenção.

Figura 27.

Planta do Poço do Bispo com os vazios a intervir assinalados

Figura 28.

Estratégia Urbana Articulação entre situações e elementos dispersos pelo território

Figura 29.

Estratégia Urbana Ideia(s) de projecto e síntese conceptual

Figura 30.

Planta do Local de intervenção Atravessamentos sugeridos com a nova proposta

Figura 31.

Planta e Corte transversal do Conjunto Habitacional

Figura 32.

Processo projetual do espaço habitacional. Tipo A e Tipo B

Figura 33.

Planta da base estrutural habitação tipo A e tipo B

Figura 34.

- Figura 35.** Habitação Tipo A e Tipo B segundo o esquema de Zonas e Margens de J. Habraken
- Figura 36.** Planta de duas habitações do grupo de três habitações
Corte transversal do grupo de habitações
- Figura 37.** Planta de Coberturas dos Edifícios destinados à habitação e comércio
- Figura 38.** Planta do “drapeado” do betão aparente no revestimento do embasamento do armazém
- Figura 39.** Planta do “drapeado” do betão aparente no revestimento do embasamento do armazém

ÍNDICE DE PEÇAS DESENHADAS

PAINEL 1 - Estratégia Urbana

Planta de Localização com a Proposta de Intervenção (Esc. 1.2500)
Esquemas de análise (Esc. 1.5000)
Planta de Coberturas (Esc. 1.500)

PAINEL 2 - QUARTEIRÃO 2 | Reabilitação do Armazém e Espaço Público

Planta Nível -1 | Planta Nível 0 (Esc. 1.200)
Corte N (Esc. 1.200)

PAINEL 3 - QUARTEIRÃO 2 | Reabilitação do Armazém e Espaço Público

Planta Nível 1 | Planta Nível 2 | Planta de Cobertura (Esc. 1.200)
Corte G | Corte H | Corte I | Corte L (Esc. 1.200)

PAINEL 4 - QUARTEIRÃO 1 | Conjunto Habitacional

Plantas dos vários níveis do Conjunto Habitacional (Esc. 1.500)
Corte C | Corte D | (Esc. 1.500)
Vistas Exteriores do Conjunto Habitacional

PAINEL 5 - QUARTEIRÃO 1 | Conjunto Habitacional

Plantas dos vários níveis do Conjunto Habitacional (Esc. 1.500)
Corte A | Corte B | Corte E | Corte L (Esc. 1.500)

PAINEL 6 - QUARTEIRÃO 1 | Conjunto Habitacional

Planta Nível 0 | Planta Nível 1 (Esc. 1.100)
Corte B | Corte D | Corte M (Esc. 1.100)
Vistas Exteriores do Conjunto Habitacional

PAINEL 7 - QUARTEIRÃO 1 | Conjunto Habitacional

Planta Nível 2 | Planta Nível 3 | Planta de Cobertura (Esc. 1.100)
Corte C (Esc. 1.100)

PAINEL 8 - QUARTEIRÃO 1 | Conjunto Habitacional

Plantas das tipologias habitacionais com as diferentes possibilidades de apropriações do espaço (Esc. 1.100)
Corte O (Esc. 1.20)

PAINEL 9 - QUARTEIRÃO 1 | Conjunto Habitacional

Alçado Frontal do agregado habitacional (Esc. 1.20)- Corte M
Planta do Piso 3 (Esc. 1.20) - Habitação tipológica A
Vistas Interiores do Conjunto Habitacional

INTRODUÇÃO GERAL

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O tema abordado neste trabalho parte da intervenção projetual em vazios intersticiais urbanos com o intuito de requalificar a cidade a uma escala urbana. A possibilidade de repensar uma cidade consolidada e propor uma intervenção nova, advém das oportunidades criadas ao longo do desenvolvimento da história de uma cidade. Oportunidades estas que nascem de um infortúnio económico, histórico ou social, mas que atualmente são vistas como um grande potencial para intervenção e uma charneira para a revitalização de uma cidade degradada no tempo.

O projeto, que teve início no 5º ano de mestrado integrado em Arquitetura, no 1º semestre, aborda a problemática de integrar zonas obsoletas e desagregadas da cidade num novo contexto urbano. Vazios que perderam a sua função e são agora, feridas da malha urbana, tornam-se objeto de estudo para a reativação de zonas desconectadas da cidade. Através de um conjunto de ações e decisões bem refletidas, estes interstícios potenciam o crescimento

da cidade a partir do seu interior, evitando a sua estagnação e degradação.

A atenção e reflexão sobre estas intervenções é crucial na medida em que é necessário conseguir acompanhar as mudanças e evolução constante da sociedade atual, encarando-a como uma sociedade que está em constante transformação e procura por soluções que melhor respondam às suas necessidades. Todas estas decisões devem estar presentes no momento em que se introduz um elemento diferenciador numa malha urbana com antecedentes históricos e patrimoniais, de modo a provocar, da melhor forma, a dinamização nestas zonas da cidade com especial atenção pelo pré-existente.

Lisboa é uma cidade que se ergueu sobre um conjunto de acontecimentos históricos que por ela passaram ao longo dos últimos séculos. É uma cidade que abraça diferentes períodos da história de Portugal e por isso alberga uma diversidade de edifícios que são memória e símbolo de gerações passadas. Como são protegidos e preservados o edificado e não edificado mais notável, também são esquecidos e abandonados áreas ou edifícios com menor relevância ou importância na cidade de Lisboa. Produto desta desvalorização ou consequência de infortúnios sociais, económicos e financeiros dos seus proprietários, surgem interstícios que interrompem a malha urbana e prejudicam o funcionamento e imagem da cidade onde se inserem. Marvila é uma das freguesias de Lisboa, onde a sua evolução histórica é entendida pelos diferentes tipos de edificado. Fruto de vários planos de intervenção urbanísticos e adversidades ao longo do seu percurso no tempo, Marvila é, hoje, palco de um grande volume de edificado obsoleto e áreas abandonadas que pesam na sua malha urbana. A presença de vazios desaproveitados, o impacto de unidades industriais abandonadas e o peso dos edifícios devolutos, exigem uma urgente intervenção a nível urbano e a consequente revitalização.



Figura 1 Foto aérea do Poço do Bispo, Marvila (1950)

Como ponto de partida, torna-se importante perceber a razão deste abandono e despreocupação por estes espaços constituintes de uma área metropolitana com um grande valor histórico.

Devido à sua localização ribeirinha e proximidade de um porto com grande movimento, Marvila ao longo de várias décadas foi palco de inúmeras sedes industriais. Esta dinâmica portuária incentivou atividades e construções neste âmbito, nomeadamente a ocupação massiva de áreas livres para a construção de grandes unidades fabris e armazéns. Consequentemente, surgem várias vilas operárias na sua proximidade. Com o decorrer do tempo, produto da valorização do solo e das mudanças financeiras e económicas que decorreram a partir dos anos 70, as fábricas sentiram-se obrigadas a abandonar Marvila, deixando os edifícios fabris no declínio e abandono. Contudo, alguns edifícios com valor patrimonial, foram preservados e apesar de já não cumprirem a função para a qual foram criados, estão descontextualizados do seu enquadramento urbano e por isso qualquer intervenção passará sobretudo, pela sua envolvente.

O presente trabalho incide na Revitalização de Marvila através de uma proposta de intervenção que desenvolve três estratégias em três vazios urbanos. De forma a integrar estes vazios novamente na cidade, propõe-se, no primeiro quarteirão, uma unidade de habitação unifamiliar, que aborda conceitos como a flexibilidade e adaptabilidade consoante as novas realidades do agregado familiar. O segundo quarteirão, marcado pela presença de um armazém, parcialmente obsoleto, sem enquadramento urbano ou sentido estético, e ainda um jardim público abandonado, será palco de duas intervenções propostas neste trabalho. A primeira passa pela reabilitação do armazém referido anteriormente, dotando-o de uma multiplicidade de usos que vêm colmatar as carências programáticas de Marvila. A segunda dá lugar ao espaço público como oportunidade de oferecer áreas verdes e zonas de estar e

lazer de utilização coletiva. Torna-se fundamental que a intervenção consiga articular as diferentes variáveis existentes, como a topografia acidentada do terreno, a integração do Palácio da Mitra numa nova envolvente urbana e ainda resolver a ligação entre a cota mais alta do terreno com a rua do Açúcar. O espaço público será o elemento aglutinador de todas as propostas de intervenção. Com o objetivo de garantir qualidade urbana, a nova proposta surge como potenciadora de novas intervenções arquitetónicas e urbanísticas. Este projeto procura revitalizar parte da freguesia de Marvila através dos seus espaços intersticiais esquecidos. Estudos sobre a origem destes espaços, o porquê da sua degradação e esquecimento, para que funções servissem nos seus tempos áureos, e como poderão ser recuperados, serão a base de estudo para uma intervenção consciente e que procure fomentar a revitalização deste território da cidade de Lisboa.

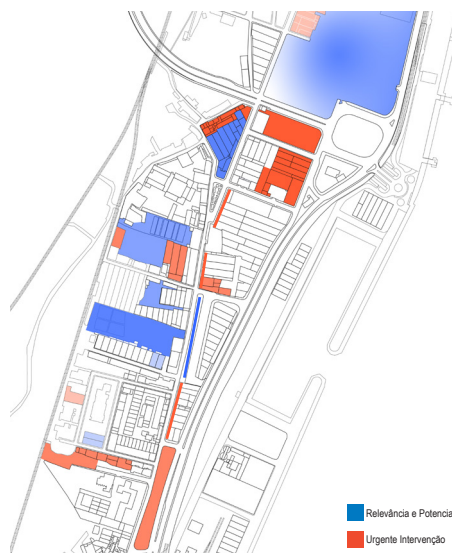


Figura 2 Detecção de situações e elementos com relevância e potencial, e urgentes de intervenção.

OBJECTIVOS

Marvila não resulta de um processo de planeamento urbano, verificando-se uma carência acentuada de diferentes tipos de atividades, equipamentos e espaços públicos essenciais numa cidade funcional. O projeto propõe-se assim, através da implementação de novos serviços e infraestruturas, gerar uma nova vivência urbana.

Neste sentido, pretende-se inverter o atual processo de dispersão dos habitantes para os subúrbios e, através de reabilitação e construção de novo edificado, acolher a população no centro urbano da cidade. Procura-se saber como intervir da melhor forma nestes interstícios, tirando partido das suas qualidades e defeitos e transformá-los numa mais valia para a cidade. Pretende-se dinamizar e ressuscitar

estes lugares para se reintegrarem na malha e vida de Marvila, respondendo assim às carências da cidade e dos seus utentes. E, finalmente, consciencializar que reabilitar, revitalizar e reutilizar são a resposta mais responsável e económica de recuperar uma cidade, onde se preservam espaços de memória e identidade.

“Os edifícios devem sempre ser construídos nas partes da cidade que estão em piores condições, não nas melhores”
(Alexander, 1977, p.509).

De encontro à afirmação de Christopher Alexander no seu livro, *A Pattern Language*, o presente trabalho tem como objetivo ressuscitar estes espaços entre espaços e reintegrá-los na malha urbana, com propostas de espaços verdes, equipamentos públicos e unidades de habitação. Esta nova abordagem na cidade requer um estudo sobre as carências e falhas programáticas existentes, e compreender quais são as necessidades da população que precisam de ser respondidas para a reestruturação socio-espacial de Marvila.

ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Na primeira parte do documento, pretende-se fazer um enquadramento histórico da cidade de Lisboa no sentido de, antes de mais, perceber onde Marvila se insere e a sua importância como fragmento desta cidade. De seguida, procura-se aprofundar os processos sociais, económicos e urbanos que Marvila vivenciou ao longo dos tempos e o que a tornou no que é hoje.

Na segunda parte, aborda-se o conceito de regeneração urbana, onde se reúnem diferentes perspetivas de vários autores na

1 Tradução livre de autora

procura da definição deste termo. Com o objetivo de perceber qual a definição que se aproxima a uma versão 'mais correta', tentou-se perceber também a sua situação relativamente aos restantes processos 're' que decorrem como tendência no espaço urbano: reabilitação urbana, revitalização urbana, requalificação urbana e renovação urbana.

Na terceira parte, o trabalho vai-se aproximando do projeto e do local a intervir e por isso aborda-se a temática dos "vazios urbanos", nomeadamente o interior dos quarteirões. Desde a sua definição, como e onde surgem, são matéria abordada neste capítulo, no sentido de perceber como projetar nestes lugares e como podem ser utilizados para colmatar as carências desta freguesia.

Na quarta parte, a flexibilidade e adaptabilidade na habitação tornam-se objeto de estudo e são aprofundadas várias questões no sentido de perceber melhor esta opção projetual na conceção de um espaço. Começa-se por refletir sobre o que é 'o habitar' e de seguida, procura-se esclarecer os conceitos da flexibilidade e adaptabilidade, discutindo algumas perspetivas de autores e arquitetos que abordam esta questão. Por fim, uma contextualização histórica que nos elucida a origem destes conceitos na habitação e como alguns arquitetos, do movimento moderno foram propulsores na evolução destes ideais, não só na habitação como também na fundação de novos pilares na arquitetura flexível.

Finalmente, encerra-se o documento, com a descrição da proposta de intervenção, passa pelo projeto do conjunto habitacional, da reabilitação do armazém e por fim do espaço público urbano. No último capítulo procura-se, justificar os conceitos, princípios e ordens de pensamento que orientaram todo o desenho do projeto, com foco à regeneração urbana do Poço do Bispo em Marvila.

CAPÍTULO 01

01 | ESTADO DA ARTE

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA CIDADE DE LISBOA FOCO NA ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL

Marvila é identificada atualmente como uma área industrial e porto de múltiplas ligações internacionais. É uma localidade que hoje, é uma ‘sombra’ do que realmente foi a sua importância nos séculos XIX e XX – época industrial.

Lisboa nasce no tratado de Zamora em 1143, quando Dom Afonso Henriques reconquista a cidade aos Mouros e constrói as primeiras fundações de Lisboa no ponto mais alto da cidade – o castelo. Com o crescimento da civilização lusitana, a cidade propaga-se para além das muralhas e atinge uma área sete vezes maior. No séc. XV, privilegiada pela sua localização junto ao estuário do rio Tejo, Lisboa era agora a porta principal da Europa para o mundo.

Entre os séculos XV e XVI, com o desenvolvimento das técnicas de navegação e avanços da tecnologia náutica, Lisboa dá início à era dos descobrimentos e aventura-se “por mares nunca dantes navegados” (Camões, Os Lusíadas, canto I, 1ª estrofe). São

desvendados os caminhos para o atlântico, com Vasco da Gama (o caminho marítimo para Índia), e ainda com Pedro Álvares Cabral (a costa litoral da América do Sul - o Brasil). Todo o conhecimento e poder que os portugueses tinham adquirido e conquistado até agora foram as molas propulsoras do império comercial marítimo português e permitiu um salto no crescimento a todos os níveis da cidade de Lisboa. A expansão marítima portuguesa obrigou então Lisboa a desenvolver-se pela zona ribeirinha originando o aparecimento dos primeiros aterros ao longo de toda a costa lisboeta.

Com a criação de vários portos marítimos, Lisboa torna-se paragem obrigatória nas rotas marítimas e é identificada agora como porta de entrada para pessoas e bens, de e para a Europa. Fruto desta situação, Lisboa serve-se deste ponto estratégico e baseia-se economicamente nestas ligações, permitindo e obrigando a um rápido e grande desenvolvimento costeiro a nível urbano e económico.

No séc. XVIII é criado o primeiro grande aterro e a partir daqui, progressivamente, começa-se a desenvolver o processo de industrialização, com incidência na frente ribeirinha, justificada pela acessibilidade aos meios de transporte existentes (comboio e navios).

Em 1755, Lisboa sofreu um forte terramoto, seguido de um maremoto que arrasou com grande parte do centro da cidade. Os poucos edifícios que possam ter sobrevivido a estas catástrofes naturais foram logo devastados pelo incêndio que se sucedeu ao abalo sísmico e que durou ainda cinco dias. Contudo, as obras de reconstrução da cidade foram logo iniciadas pelo Marquês de Pombal, que propôs uma nova cidade Lisboeta organizada numa estrutura ortogonal virada para o Tejo. Foram construídos, pela primeira vez, edifícios com proteção antisísmica o que serviu, mais tarde, como modelo para outras construções em todo o mundo.

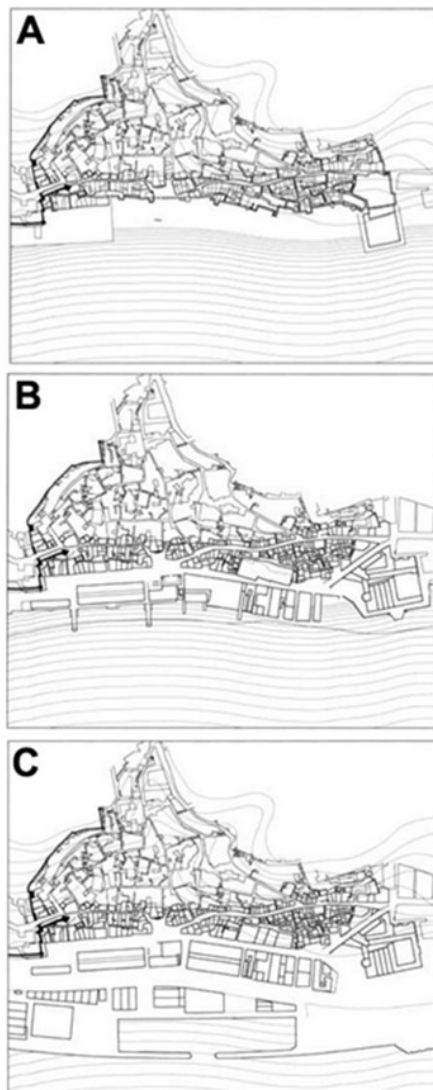


Figura 3 Frente Ribeirinha de Alfama – 500 anos de aterros

A. Início do séc. XVI. Aterro até ao postigo de Alfama e aterro a oriente onde se edificou as Terças da Porta da Cruz. A cerca fernandina ainda estava livre de edifícios em quase toda a frente rio.

B. Em 1856-58. A nova frente de comércio portuário com o edifício do Terreiro do Trigo foi iniciada no pós-terramoto de 1755.

C. Início do século XX e na atualidade. Os maiores aterros de sempre.



Figura 4 Panorâmico do rio Tejo (1906)

No séc. XIX, dá-se a Revolução Industrial em Portugal com a evolução da eletricidade e o aparecimento da máquina a vapor. Esta nova era que se instalava no país deu origem ao nascimento de inúmeras unidades fabris junto aos portos marítimos, dando emprego à massa de população que vinha do campo e se concentrava na cidade. “As atividades industriais, desde as microempresas aos grandes grupos económicos, as mais antigas e as mais recentes, foram-se localizando segundo diferentes lógicas: os rios, pela importância dos engenhos hidráulicos, da máquina a vapor ou da necessidade de água para o processo produtivo; a estrada, por questões de acessibilidade e logística; os loteamentos e zonas industriais, por imperativos de ordenamento, disponibilidade de solo e acesso a infraestruturas (...)” (Portas, 2003, p.47).

A modernização da indústria e o progresso das técnicas de produção promoveram um crescimento económico e financeiro a nível nacional e deram resposta ao enorme fluxo de pessoas e mercadorias que Lisboa vivia nacionalmente e internacionalmente. Esta transformação mecanizada no país veio proporcionar melhores condições de vida à população, nomeadamente com a instalação de infraestruturas ferroviárias como a linha do Norte, em 1856, que passa pela zona de intervenção– Marvila.



Figura 5 Passagem de nível na Linha do Norte, Marvila (1940)

UM OLHAR SOBRE MARVILA

“E assim era uma quinta que se chamava de Marvila, que está além do mosteiro de São Bento, que agora se chama de São João, da Ordem dos religiosos de Santo Eloy, a qual parte com o mar desde o Poço do Bispo até ao dito mosteiro de São Bento, ou São João, indo pelo muro do dito mosteiro ter à estrada que vai da cidade, e atravessa a dita estrada, partindo com vinhas do Cabido e cônegos da Sé da dita cidade, indo ter acerca dos currais e palheiros que estão junto com as casas e assento da dita quinta (...)” (Delgado, 1963, p.134).

Marvila, nos seus primórdios, era uma área rural situada na periferia oriental de Lisboa. Parcelada por quintas, o solo fértil de Marvila era aproveitado essencialmente para fins agrícolas. Todavia, no séc. XVII começam a surgir edifícios eclesíásticos onde nobres e ordens conventuais tomam lugar. Temos como exemplo o Palácio da Mitra, na Rua do Açúcar, e o Palácio do Marquês de Abrantes, na Rua de Marvila, onde nobres e aristocratas viveram até ao início do século XIX, e ainda alguns edifícios de ordem religiosa como o Convento de Nossa Senhora da Conceição, na Rua Direita de Marvila.

Com a chegada da Revolução Industrial e com a importância que as zonas portuárias vieram ter no comércio marítimo, Marvila foi inevitavelmente invadida pela onda industrial e rapidamente se converteu numa cidade portuária e bairrista. Com a modernização do porto de Lisboa (localizado no Poço do Bispo, Marvila), no final do século XIX, são erguidas várias estruturas fabris que se serviram da proximidade com o rio (tais como a Fábrica da Borracha Luso-Belga, a Sociedade Nacional de Fósforos, o armazém vinícola Abel Pereira da Fonseca e a Fábrica de Armamento de Braço de

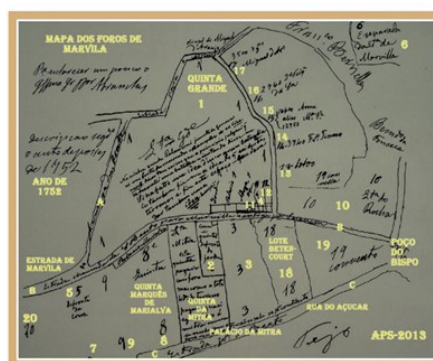


Figura 6 Mapa dos Foros de Marvila (1752)



Figura 7 Doca do Poço do Bispo, antes das novas obras no Porto de Lisboa, vendo-se à esquerda a casa Abel Pereira da Fonseca (1938)

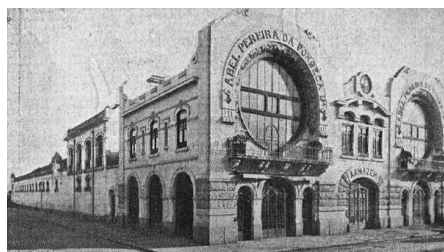


Figura 8 Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, armazém de vinhos (1966)



Figura 9 Palácio Braço de Prata, séc. XVII (1941)

Prata – ao longo da Rua do Açúcar). Aliada a esta massa edificada industrial, veio a necessidade de construir habitações de baixa densidade para albergar os trabalhadores da indústria e as suas respetivas famílias. Antigas quintas foram aproveitadas para alojar este tipo de habitação dando origem às vilas operárias. “Acentua-se assim uma forte dicotomia entre a cidade consolidada, mais ou menos histórica, e a urbanização resultante da expansão recente, cujo défice de desenho e qualidade urbana resultou da ausência, da desadaptação ou do desajustamento dos traçados previstos nos planos e noutros instrumentos de regulação urbanística” (Portas, 2003, p.64).

Mais tarde, a crise económica dos anos 70, aliada à valorização do solo na cidade, levaram muitas indústrias a sentirem-se obrigadas a deslocar para uma nova periferia. Pelo elevado custo do solo que ocupavam e a sua necessidade de se aproximarem às principais vias de comunicação, desagregaram-se da cidade, levando ao abandono vários lotes, espaços, edifícios, ou seja, fragmentos, num tecido urbano sem qualquer destino. Aparentemente, a “indústria está a afastar-se das grandes cidades, mas, em simultâneo, procura não se afastar muito do ambiente metropolitano” (DGOTDU, 2002, p.51).

Este desmembramento entre edificado com carácter bairrista, e unidades fabris (algumas ainda em funcionamento e outras deixadas ao abandono), propicia um panorama urbano não-sustentável com um forte impacto na imagem da cidade e na sua vivência. A falta de um planeamento urbano que visa a articulação e unificação entre as várias realidades presentes em Marvila, espelha uma certa precariedade e desvalorização na qualidade de vida dos seus residentes.

Nos últimos 30 anos, após uma consciencialização do impacto destas mazelas na freguesia de Marvila, uma progressiva revalorização da

frente ribeirinha por parte de projetistas, faz reintegrar estas áreas perdidas na malha urbana lisboeta. Desde reabilitação a nova construção, encontram-se já alguns momentos com intervenções nos espaços a consolidar nestas zonas portuárias, atribuindo-lhes uma nova configuração espacial e função, conforme as necessidades da população. Marvila já fez parte de alguns planos urbanísticos que visam recuperá-la e reintegrá-la numa realidade mais atual:

Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa de Étienne Groer (1948), onde as linhas principais de intervenção passavam por uma melhor distribuição da densidade populacional do centro para a periferia, oferecendo uma melhor rede rodoviária e de transportes públicos.



Figura 10 Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, 1948

O Plano de Urbanização de Chelas (PUC), em 1964, tinha como objetivo criar uma zona estrutural urbana multifuncional e diversificada, integrada no conjunto da cidade, e que articulasse toda a zona ribeirinha (Ramos, 2011, p. 49);

CAPÍTULO 02

*“Para que o novo possa encontrar o seu lugar temos primeiro, que nos estimular a ver de uma forma nova, o pré-existente”*¹ (Zumthor, 2009, p.17).

1 Tradução livre de autora

02 | REGENERAÇÃO URBANA

CONCEITO E COMPLEMENTARIDADES

Termos como *regeneração urbana*, *revitalização urbana*, *reabilitação urbana*, *reestruturação urbana* surgiram primeiramente na necessidade de proteger e preservar edificado de valor patrimonial no interior das cidades. Com o advento da revolução industrial, a conservação e preservação de património edificado tornava-se uma preocupação urgente, na medida em que a massiva construção de unidades fabris e vilas operárias, invadiam a cidade sem interesse sobre o pré-existente. Surgem assim as primeiras intenções na responsabilidade e atenção pela qualidade e preservação urbana. Com o passar dos anos, a noção de património viria a alargar-se, abrangendo edificado e não edificado constituintes de valor histórico, arquitetónico, paisagístico ou enquanto memória coletiva.

Contudo, apesar de terem sido realizadas várias intervenções de restauro em conjuntos arquitetónicos e em zonas históricas, só

na segunda metade do séc. XX, é que surgem conceitos como regeneração, reabilitação e revitalização urbana como ferramentas de intervenção em áreas urbanas consolidadas, com vista à resolução de problemas territoriais, sociais, espaciais, económicos e ecológicos.

A regeneração urbana nasce assim, na necessidade de responder à grande massa de população que se movimenta do campo para a cidade nos anos 50 e 60. No sentido de combater o êxodo rural e conseguir albergar os novos habitantes na cidade, os governos atuam no planeamento urbano e ordenamento do território apostando em novas infraestruturas e equipamentos que sirvam toda a população.

Nos anos 70, a reabilitação urbana ganha a sua importância na reestruturação e reintegração de edifícios abandonados nos centros das cidades, que resultaram do “despovoamento dos centros históricos e da desindustrialização generalizada no espaço urbano. (...) A desindustrialização (...) por via da transferência das indústrias para a periferia das cidades ou áreas suburbanas, potencia o aparecimento de enormes porções de terreno livre, muitas vezes em áreas urbanas centrais, em processo de degradação ou de simples obsolescência e conseqüente abandono, ou em processo de declínio. Aumenta a pressão do sector económico emergente dos serviços e a terciarização afirma-se por via da requalificação dos espaços já existentes” (Mendes, 2013, p.39 e 40)

Nos anos 80 e 90, a regeneração urbana surge como instrumento de intervenção nas áreas urbanas obsoletas ou em processo de declínio, como resposta à necessidade de desenvolvimento do sector terciário nas áreas consolidadas da cidade, nomeadamente serviços e comércio. Paralelamente a estas intervenções, a regeneração urbana tinha também como objetivo promover a cidade no sentido de cativar investidores de capital privado internacional,

Período	Anos 50	Anos 60	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Tipo de políticas	Reconstrução	Revitalização	Renovação	Redesenvolvimento	Regeneração
Estratégia principal e orientação	Reconstrução e extensão de antigas áreas e cidades, frequentemente baseadas num plano diretor. Crescimento dos Subúrbios.	Continuação das linhas orientadoras dos anos 50. Crescimento suburbano e periférico. Primeiras tentativas da reabilitação.	Enfoque nas ações de renovação <i>in situ</i> e planos de bairro. Continuação do desenvolvimento periférico.	Grandes projetos de desenvolvimento e redesenvolvimento. Projetos <i>flagship development</i> . Projetos fora da cidade.	Abordagens mais abrangentes e integradas das políticas e das práticas de intervenção.
Atores-chave e intervenientes	Governos central e local. Promotores e empreiteiros privados.	Atuação no âmbito de um maior equilíbrio entre o sector público e privado.	Papel crescente do sector privado e descentralização no governo local.	Ênfase no sector privado e agências especializadas. Crescimento das parcerias publico-privadas.	As parcerias como abordagem dominante.
Escala espacial de atuação	Ênfase a nível local e a nível do lugar/sítio/local.	Aparecimento da escala regional de atividade.	Inicialmente a nível regional e local; mais tarde, dando enfoque maior a nível local.	No início dos anos 80, enfoque à escala do lugar/sítio; mais tarde, a nível local.	Reintrodução da perspectiva estratégica. Crescimento da atividade regional.
Foco económico	Investimento do sector público com algum envolvimento do sector privado.	Continuação do que sucedia nos anos 50, mas com uma crescente participação do investimento privado.	Recuo de recursos no sector público compensado com o crescimento do investimento privado.	Sector privado domina com fundos públicos seletivos.	Maior equilíbrio entre o financiamento público, privado e voluntário.
Conteúdo social	Melhoria a nível da habitação, das condições de habitabilidade, bem como de qualidade de vida em geral.	Melhorias sociais e de bem-estar.	Ação das comunidades locais e maior <i>empowerment</i> .	Autoajuda da comunidade, com apoios altamente seletivos por parte do Estado.	Ênfase no papel da comunidade numa perspectiva neoliberal.
Ênfase física	Restituição de centros históricos e alargamento das periferias.	Continuação do que aconteceu nos anos 50 com uma reabilitação paralela de áreas degradadas existentes.	Maior extensão da renovação de antigas áreas urbanas.	Grandes projetos de reestruturação e de redesenvolvimento. Projetos <i>flagship development</i> .	Mais modesto do que nos anos 80; património e conservação.
Abordagem ambiental	Gestão paisagística e algum cuidado ecológico.	Melhorias seletivas.	Melhorias ambientais com algumas inovações.	Crescimento das preocupações ambientais.	Introdução de uma ideia mais generalizada de sustentabilidade ambiental.

Figura 12 A evolução da regeneração urbana por década e tipo de políticas

principalmente no sector imobiliário. Esta atenção era conseguida na valorização da imagem da cidade e por isso o recurso à ferramenta 'regeneração urbana' tornava-se imprescindível em ações como "recuperação das frentes ribeirinhas, criação de polos tecnológicos e de serviços, parques temáticos, complexos de congressos e exposições ou então em grandes operações urbanísticas, sustentadas ou não, por acontecimentos de projeção internacional" (Mendes, 2013, p.41).

Com a evolução das operações de intervenções urbanísticas, a *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada* (1995), procurou esclarecer as diferentes ações que tratam da Reabilitação urbana e alerta para uma preocupação não só construtiva em relação à recuperação do edificado como também para a natureza social, económica e ambiental da cidade:

"Renovação Urbana - Ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitetónicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje estas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como património arquitetónico ou conjunto urbano a preservar.

Reabilitação urbana - É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

Revitalização urbana - Engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

Requalificação urbana - Aplica-se sobretudo a locais funcionais da “habitação”; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual” (Carta de Lisboa sobre Reabilitação Urbana Integrada, 1995).

O conceito de Regeneração urbana vai de encontro ao que se define nesta “Carta” como reabilitação urbana. Como Mestre defende no seu artigo sobre Regeneração urbana, “A regeneração urbana é muito mais do que apenas a reabilitação de edifícios e/ou dos espaços exteriores e privados bem como a correção e/ou reforço das infraestruturas básicas instaladas e outras fundamentais para se interagir em rede dentro e fora de casa, do bairro, da cidade, do país” (Mestre, 2012). É um conceito de intervenção que passa por atender todas as necessidades da cidade e atua nas várias vertentes do território. O seu enquadramento físico na cidade torna-se essencial, visto que se trata de um tipo de intervenção que ocupa zonas afetadas e degradadas dentro da cidade. O que se destaca de facto neste tipo de intervenção é, não só o seu carácter físico, que, como é claro terá um impacto determinante na cidade visto que se trata de uma nova abordagem integrante numa estrutura já pré-existente, como o seu enquadramento social, económico e cultural.

“A regeneração urbana é uma política urbana que vem procurar resolver problemas urbanos e dar-lhes oportunidades. Uma política que procura uma relação entre a condição física existente no território, a responsabilidade social, a necessidade de preservar elementos identitários de um passado e a importância do sucesso económico” (Pereira, 2007, p.13).

A atenção e articulação de todas estas vertentes numa nova proposta na cidade será determinante para o sucesso de uma regeneração urbana, onde se deve recorrer o máximo possível aos recursos próprios da cidade de forma a manter um equilíbrio sustentável assente nos três pilares: coesão social, crescimento económico e proteção ambiental (Comissão Europeia, 2001, p.4).

Com isto, regeneração urbana, de certa forma, aproxima-se da definição que Dulce Moura, no seu artigo *Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional*, entende por revitalização urbana: “assenta na implementação de um processo de planeamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa e sinérgica. Isto é, intervém a médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo os vínculos entre territórios, atividades e pessoas” (Moura, 2005, p. 21). Acrescenta ainda que o principal objetivo de uma revitalização urbana é integrar num projeto urbano, estratégias que se permitam desenvolver de forma familiar e inclusiva na estrutura já pré-existente, permitindo a criação de programas diferenciados e de carácter social, económico e/ou cultural (Moura, 2005, p. 21).

De uma forma ou de outra, todos os conceitos aqui referidos, abordam a ideia de transformação urbana positiva para a qualidade de vida da cidade e dos seus habitantes. Contudo, o conceito de regeneração urbana passa por se tornar numa constante procura na resolução dos problemas na cidade a partir de um planeamento urbano, delineado por uma forte estratégia de intervenções múltiplas, que se destinam a potenciar os valores ambientais, socioeconómicos e funcionais de uma área urbana sujeita a transformações. Através de um conjunto de ações deliberadas e ponderadas segundo um sistema urbano já existente, a regeneração urbana, através de intervenções e manipulações em zonas desintegradas da cidade, procura melhorar substancialmente as condições de vida da sua

população residente.

É neste sentido, que a regeneração urbana, como elemento “abrangente, integrador, estratégico, flexível” (Mendes, 2013, p.37), sustentável e unificador, será o pilar concetual e projetual de toda a intervenção que se propõe neste trabalho para a reunificação e reestruturação de um segmento de Marvila.

TERRITÓRIO COMO OPORTUNIDADE

“Portugal não precisa de mais cidades. Necessita, sim, de mais cidade” (Portas, 2003, p.225). Portas, Domingues e Cabral, autores do livro *Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades*, destacam que Portugal é um exemplo do casamento entre as camadas tradicionais, modernas e pós-modernas que passaram pelas cidades portuguesas. Esta mistura de sociedades reflete-se na arquitetura da cidade e revela um estilhaçamento da mesma. Surgem arquipélagos de novas intervenções urbanas (bem ou mal sucedidas), num mar urbano em decadência ou num processo lento de renovação urbana (Portas, 2003, p.225).

Regeneração e Revitalização urbana, apesar de serem abordagens que de certa forma diferem, como já vimos anteriormente, baseiam-se no mesmo conceito. São ações que pretendem atingir o mesmo fim. Ambas andam lado a lado no sentido em que qualquer tipo de intervenção terá como ponto de partida a restituição de malhas urbanas através da “microcirurgia urbana” (Portas, 2003, p.224) em fragmentos da cidade consolidada, promovendo o seu crescimento qualitativo e não a sua expansão, pelas periferias, desorganizadas e sem um planeamento urbano sustentável.

São ações como estas que fazem com que uma cidade, que está em constante mutação, consiga acompanhar as necessidades dos seus utentes de uma forma eficiente e equilibrada, pois antes de 'construir' devemos pensar em 'não destruir' e dar um novo uso a espaços sem qualquer tipo de função, mas que, no entanto, têm o seu lugar na cidade. Devem ser identificados os pontos de carência de uma sociedade num determinado local (de natureza social, económica e cultural) e desenvolver estratégias e métodos de ação para a melhor integração e unificação de todos os espaços constituintes de um sistema urbano.

Tirando partido do património intrínseco a uma estrutura, edificada ou não, a reabilitar, é-nos permitido explorar todas as suas camadas de tempo, histórias e gerações que por lá passaram, e trazê-las de volta através de uma nova intervenção no espaço. É, para os projetistas, uma forma estimulante, cativante e de grande responsabilidade, conseguir intervir num lugar, respondendo a variadas demandas como o respeito pelo pré-existente e pelo património, com uma nova construção benéfica para o local. A apropriação destas áreas implica um novo olhar sobre a urbanidade da cidade onde estas áreas se inserem, baseada num repensar nas necessidades socioculturais e de vivência dos seus utentes.

De forma a conseguir responder a todo o tipo de carências de uma sociedade, desde espaços sociais, de lazer, de cultura (como escolas, centros de exposições e museus, por exemplo), habitações (que satisfaçam as diferentes necessidades dos novos habitantes), equipamentos públicos, e até a conservação de edifícios com valor histórico, a regeneração urbana toma, agora, lugar, em espaços não só de património arquitetónico, mas também em espaços comuns da cidade. A regeneração urbana procura "responder às ruturas de escala; de resolver encravamentos; de evidências eixos preferenciais; de favorecer o seu grau de permeabilidade e relação; em suma, de conjugar melhor a aglomeração e a dispersão, as áreas

monofuncionais e os tecidos mistos, a necessidade de estruturas a nova expansão em articulação com a cidade consolidada” (Portas, 2003, p.66).

São, então, cada vez menos pontuais e mais globais as intervenções em áreas obsoletas, trazendo consigo inevitavelmente uma modernização do tecido urbano com novas atividades e conseqüentemente uma maior variação de estruturas sociais. É, então, através de intervenções microurbanísticas como a recuperação, readaptação e reabilitação de edificado e espaços urbanos que se consegue ir, passo a passo, ao encontro de uma total regeneração e revitalização urbana.

CAPÍTULO 03

“A forma arquitetônica resulta do encontro entre a massa e o espaço”¹(Ching, 1998, p.95).

1 Tradução livre de autora

03 | VAZIOS URBANOS

DEFINIÇÃO DO CONCEITO

Na cidade de Lisboa, produto das suas variadas camadas históricas e socio-humanas, encontramos momentos esquecidos e renegados pela cidade que vão desde um beco até a uma grande área urbana, passando por logradouros, edifícios industriais, praças, frentes ribeirinhas, etc. Ignási Sóla-Morales defende, no seu livro *Terrain Vague*, que vazios urbanos “são lugares aparentemente esquecidos, onde parece predominar a memória do passado sobre o presente. São lugares obsoletos que somente certos valores residuais parecem manter-se apesar de sua completa desafetação da atividade da cidade”; são “ilhas interiores esvaziadas de atividade, são olvidos e restos que permanecem fora da dinâmica urbana. Convertendo-se em áreas simplesmente ‘des-habitadas’, ‘in-seguras’, ‘im-produtivas’”¹ (Sóla-Morales, 1995, p.5).

1 Tradução livre da autora

Situações como atravessamentos de viadutos e linhas de caminhos-de-ferro, distanciamentos de bairros periféricos em relação aos centros de cidades devido aos discrepantes valores do solo, má gestão de integração de espaços edificados, levando ao seu abandono por perda de função ou degradação, ausência de reabilitações, espaços que por questões económicas ou sociais deixaram de ser usados e preservados, são causas possíveis para a criação de espaços intersticiais carentes de uma intervenção e que descaracterizam a imagem de uma cidade.

Estes vazios ganharam a sua relevância a partir da II Guerra Mundial onde se assistiu a uma devastadora destruição nos centros históricos das principais cidades europeias. São espaços que não são necessariamente vazios e que nasceram de uma desvalorização por parte da sociedade atual. Sociedade esta que procura resposta ao seu consumo imediato com uma prática fácil e nova, acabando por rejeitar espaços e lugares com um valor intrínseco histórico e patrimonial de uma época ou geração. Este pensamento leva a que áreas constituintes de um todo sejam consideradas feridas numa malha urbana, sem memória, estética e função, estranhos ao sistema urbano. São espaços que, a nível urbano, têm um impacto visual e social e descaracterizam uma zona na cidade, como é o caso de Marvila.

A cidade de hoje é, segundo Portas, “um palimpsesto de memórias sobrepostas e estratificadas que condicionam ou limitam as possibilidades de transformação das suas áreas obsoletas ou vazios” (Portas, 2003, p.96). Lugares desconectados e sem carácter evocam o sentimento de ausência e falha na envolvente em que se inserem. São áreas de conflito da cidade que se encontram entre o não edificado, mas urbanizado e por isso, e pela sua presença degradante, mas resistente na cidade urbana, acaba por ir no sentido oposto da ausência e tornar-se num peso estético, social e demográfico.



A. Planta de Lisboa levantada por Silva Pinto (1904-1911)



B. Planta de Lisboa levantada pelo serviço de cartografia do Exército Português (1975)



C. Planta de Lisboa - ortofotomapa (2004)

Figura 13 Plantas da Evolução histórica de Marvila

VAZIOS COMO OPORTUNIDADE NO TERRITÓRIO

Espaços que têm uma história e, por isso, uma estrutura que deve ser reaproveitada e parte de uma revitalização urbana, possibilitando a criação de novas atividades sociais e culturais carentes na respectiva cidade, são agora interesse de vários urbanistas e arquitetos na sua requalificação. Novas ações e articulações, entre e em espaços intersticiais na cidade, vão permitir a quebra de barreiras e limites entre o existente novo e o degradado, entre o valorizado e o abandonado. A intervenção nestes vazios urbanos vai permitir o “cosimento da cidade” (Portas, 2003, p.244), gerando novas oportunidades e potenciais nós de ligação entre espaços que se haviam desligado.

A estratégia projetual para estes vazios passa também por perceber qual o melhor discurso a aplicar nestas áreas para a melhor a recuperação da cidade nos seus valores essenciais. Sóla-Morales ressalta a importância do registo fotográfico para uma observação mais profunda sobre o território e reflexão sobre a função inicial e uso destes espaços vazios. A apropriação destas áreas por parte de um projetista é discutida pelo mesmo autor, com o intuito de não desvalorizar estes lugares com uma intervenção sem qualquer ponderação sobre ela ou respeito pelo seu valor como vazio. São apontados alguns aspetos a considerar quando se é deparado com este tipo de espaços para a conceção de um projeto, obrigando uma consciencialização do vazio como vazio. “Ação; produção de um acontecimento num território estranho; casual interrupção de uma proposta particular que se sobrepõe ao já existente; repetido vazio sobre o vazio da cidade; silenciosa paisagem artificial tocando o tempo histórico da cidade, mas sem anulá-lo e tampouco sem imitá-lo. Fluxo, força, incorporação, independência das formas, expressão das linhas que a atravessam. Mais além da arte que

desvela novas liberdades”² (Sóla-Morales, 1995, p.8). Sóla-Morales defende, assim, que antes de se propor uma solução para um vazio urbano, é preciso refletir no seu impacto como descontinuidade numa malha urbana, como vazio num todo, e a intervenção deve partir deste significado, desta força, mas sem querer substituí-lo de forma literal.

Mark Wigley aborda também esta questão de respeitar o vazio como uma quebra necessária na cidade. Com o tema *Vazios Urbanos*, Wigley participa na Trienal de Arquitetura onde chama a atenção para um olhar sobre a cidade onde vivemos, e para a necessidade de tentar perceber o que é um vazio dentro dela. “A cidade está a tornar-se mais densa em todos os aspetos o que quer dizer que a questão dos vazios se torna mais premente” (Wigley, 2007). Ao mesmo tempo que Wigley defende a arquitetura pela sua capacidade de resolver a falta de substância num vazio, também ressalta que cabe ao projetista perceber quando a descontinuidade é necessária para o desafogo numa malha densa urbana. A metáfora usada pelo arquiteto neozelandês para melhor explicar o seu ponto de vista, refere a cidade como um palco, onde vários espetáculos decorrem em simultâneo. O arquiteto, como um dos seus atores principais, quer representar o seu papel da melhor forma possível através das suas obras, o que às vezes provoca uma falta de consciencialização sobre o que o local a intervir na realidade precisa. É necessária uma radicalização na forma como o arquiteto pensa intervir sobre um vazio. Onde, por norma, o arquiteto procura sempre oferecer resposta aos problemas, Wigley propõe agora que o arquiteto coloque perguntas perante a situação que lhe é apresentada, no sentido de construir possibilidades. Falta, segundo Wigley, recuar um passo e perceber a ideia conceptual de construir num vazio, perceber que “o vazio não é uma questão de pensar em algo vazio. O vazio nunca está vazio, antes é o início do

2 Tradução livre da autora

pensamento, da substância. Se estivesse vazio, era nada. O vazio é um convite à possibilidade de uma experiência” (Wigley, 2007).

A intervenção nestes espaços tem agora como objetivo revitalizar e regenerar a cidade com o intuito de recuperar a identidade e memória outrora caracterizadores deste lugar obsoleto. Rem Koolhaas também reflete nesta questão da potencialidade dos vazios e defende que os vazios são agora a potência das cidades europeias: “constituem as principais linhas de combate no planeamento contemporâneo, tornando-se mais fáceis de controlar do que a massa edificada, (...). Podem ser mais flexíveis e potenciais...” (Morgado, 2005, p. 3).

A intervenção nestes vazios dá a oportunidade de preencher as carências e necessidades de uma cidade, oferecendo novos serviços e atividades, construindo mais habitação, promovendo a diminuição do tráfego e o melhoramento das acessibilidades entre as novas áreas propostas. Desta forma, a expansão explosiva das pessoas para os subúrbios originando cidades periféricas sem um planeamento urbano ou ordenamento de território, é substituída pelo crescimento ‘implosivo’ dentro da própria cidade, agora com áreas que outrora abandonadas e esquecidas, são convertidas em espaços que alimentam uma vida sustentável urbana.

INTERIORES DE QUARTEIRÃO

O foco deste trabalho será a intervenção nos interiores de quarteirão, como vazios urbanos na cidade atual. A intervenção nestes espaços intersticiais passa por, nas zonas desaproveitadas, desvalorizados e limitadas por um perímetro denso e geralmente impenetrável, assumir-se como “cruzamentos e espaços de rotação e distribuição de fluxos” não só de carácter funcional, mas também como “espaços simbólicos, identitariamente marcantes” (Portas, 2003, p.244).

Um interior de quarteirão, como o nome indica, corresponde ao espaço interior e confinado pelos edifícios que constituem o seu limite exterior. Este é normalmente reconhecido como um anel de edificado contínuo ou um sistema fechado, dentro do cruzamento entre três ou mais vias e subdividido em lotes para a posterior edificação (Lamas, 2007, p.88). A forma como estes se dispõem e organizam, influenciam e vão determinar os espaços não construídos no seu interior, dando origem aos logradouros dos respetivos edifícios.

O interior de quarteirão é considerado, na forma mais corrente e citadina, como um espaço fechado, cercado pelo seu edificado envolvente, sendo dividido parcialmente, na maior parte dos casos, como lotes correspondentes a edifícios que lhes são adjacentes – logradouros. Com cariz maioritariamente privado, assiste-se a momentos particulares domésticos da vida quotidiana dos seus utilizadores. São espaços encerrados em densas malhas urbanas e usualmente desconhecidos e impenetráveis a pessoas exteriores. A compreensão destas áreas passa por perceber a relação entre os cheios e os vazios urbanos. Longe de terem a mesma importância, que uma rua, jardim ou praça pública, fazem parte da malha estrutural da cidade e são um contributo fundamental para a

salubridade e permeabilidade do solo nas cidades.

Produto da falta de interesse por parte dos agentes urbanísticos, a articulação entre o interior privado do quarteirão e a rua pública que o circunda, é feita através de pequenas passagens ou lotes que permitem o acesso e circulação entre eles. Cada logradouro alberga diferentes disposições e dimensões de lotes, e cada lote espelha uma multiplicidade de vivências, usos e apropriações que os seus utentes lhes atribuem. É este leque de dinâmicas e organização espacial que caracterizam os interiores de quarteirão. “Pode-se então afirmar que a identidade intrínseca de cada quarteirão é dada pelo seu interior uma vez que só se compreende uma determinada realidade palpável quando se conhecem os seus componentes que o constituem” (Costa, 2014, p. 27).

O perímetro edificado que compõe um quarteirão, pela sua densidade e opacidade, acaba por suscitar uma certa curiosidade ao observador que circula pela cidade. O mistério que existe na difícil penetração destes quarteirões, provoca no observador uma expectativa em relação à dinâmica destes espaços e quando lhes é permitido o acesso, deslumbra-se “com a complexidade de elementos que o compõem, harmoniosamente dispostos no espaço como forma de se apresentarem a quem os percebe” (Costa, 2014, p. 27). Desde áreas destinadas a lazer, parcelas reservadas para hortas urbanas, armazenamento de utensílios e objetos pessoais, estes lugares inseridos num meio urbano, são momentos de reencontro e de maior aproximação com situações rurais ou mesmo agrícolas. Contudo, estas áreas são geralmente exclusivas aos moradores do piso térreo do edifício correspondente a esse lote, pelo que este presente trabalho se propõe a intervir nestes espaços com projetos que dinamizem a esfera interior do quarteirão. Desde habitação a um equipamento público, que comporta espaços de cultura, estar, lazer, arte e desporto, e ainda vários espaços públicos que unificam e complementam estas intervenções numa única proposta, o projeto apresenta-se como áreas e serviços que podem

ser acedidos e utilizados pelos moradores de todo o quarteirão, e em alguns casos por todos os habitantes e exteriores a Marvila.

Tem-se vindo a acentuar uma maior consideração e atenção na importância destes espaços para a salubridade dos edifícios em seu redor; chegando a ser considerado pelo Plano Diretor Municipal de Lisboa como espaços verdes ou urbanos a preservar (Regulamento do PDML, 2012, p.94). Infelizmente, a maioria dos interiores de quarteirão ainda não fazem parte de um plano de recuperação, e acabam por ainda ser zonas um pouco rejeitadas pela cidade, ou ainda, lugar para ocupações clandestinas. Devem ser, portanto, operados no seu conjunto e à escala da cidade, passando por uma reflexão e compreensão da função que atualmente desempenham no quotidiano dos seus proprietários. Os interiores de quarteirão são então, um dos principais exemplos de vazios urbanos numa cidade massificada, com potencial para novas intervenções afim de unificar e integrar novos usos.

CAPÍTULO 04

“A habitação deixou de ser uma unidade estanque e funcional dentro de um sistema coletivo, para se transformar num reduto para a experiência da nossa singularidade. É preciso idealizar outras tipologias que incorporem novos âmbitos de intimidade para o indivíduo, assim como novas maneiras de convivência mais permeáveis e mais ambíguas, que irão sugerir novas formas e questionarem muitos dos termos de ordenação urbana que atualmente se concebem como imutáveis” (Paricio, 1998, p.28).

04 | UM HABITAR FLEXÍVEL

O HABITAR

A casa é a identidade do ser humano na sua forma de viver no mundo. Isto é, a casa é, antes de mais, um local de refúgio, onde o homem se protege do mundo exterior. É onde o homem se sente confortável, seguro e tranquilo. Quando este sentimento de acolhimento e pertença invade o Homem é quando o mesmo ganha força para voltar a sair do seu refúgio e expor-se à vida quotidiana externa à casa.

O espaço da casa deve ganhar a identidade de quem o habita, é um espaço de carácter pessoal e privado e por isso estão intrínsecas a personalidade e a forma de encarar a vida de quem a habita. A habitação difere das outras tipologias de edifício na medida em que um relativo pequeno número de pessoas habita nela e o seu conteúdo resulta de uma eleição deliberada da imagem que representa. Com isto, o seu interior e exterior revelam a nossa identidade, são parte de nós e da nossa vida quotidiana. A qualidade da habitação passa por ser crucial no desenvolvimento

social equilibrado dos seus utentes e da sociedade em si visto que é nela, a habitação, que o homem se restabelece para se reintegrar no mundo exterior.

Wall (2005) tem-se dedicado ao estudo e pesquisa da sociologia da família, nomeadamente a família portuguesa. A autora assinala as décadas 60 e 70, como das épocas onde mais se notou uma alteração na estrutura do agregado familiar português. Causada por várias variantes socioeconómicas na altura, como a entrada de um número significativo de mulheres no mercado de trabalho e a migração das pessoas do interior para o litoral e para as grandes cidades, registou-se um desmembramento na imagem clássica da família e assiste-se agora a um leque variado de tipologias familiares (Pereira, 2015, p.47)

A estrutura e dinâmica das famílias alteram-se e derivada dessa condicionante, cabe ao arquiteto conseguir projetar uma habitação que responda às diferentes necessidades de cada agregado familiar. “Casais com filhos de vários casamentos, pessoas divorciadas, solteiras ou sós, casais sem filhos, adultos que coabitam com e sem filhos e, ainda, pessoas idosas em casal ou sozinhas, são alguns dos exemplos” (Pereira, 2015, p.51).

“Habitar pressupõe uma atitude poética e fenomenológica em relação a tudo”¹ (Norberg-Schulz, 2005, p.250), na relação do Homem com a casa, na relação do Homem com a sociedade. Abrangida por domínios simbólicos, económicos, afetivos e sociais, estas relações implicam que a casa é, portanto, um bem pessoal com vida larga e por isso a sua arquitetura deve corresponder a uma organização espacial adaptável às várias metamorfoses, que a família que a habita, passa ao longo da vida. Sem esquecer também que deverá fazer parte dos requisitos que o mercado exige, na possibilidade de ter que ser vendida.

1 Tradução livre da autora

FLEXIBILIDADE E ADAPTABILIDADE

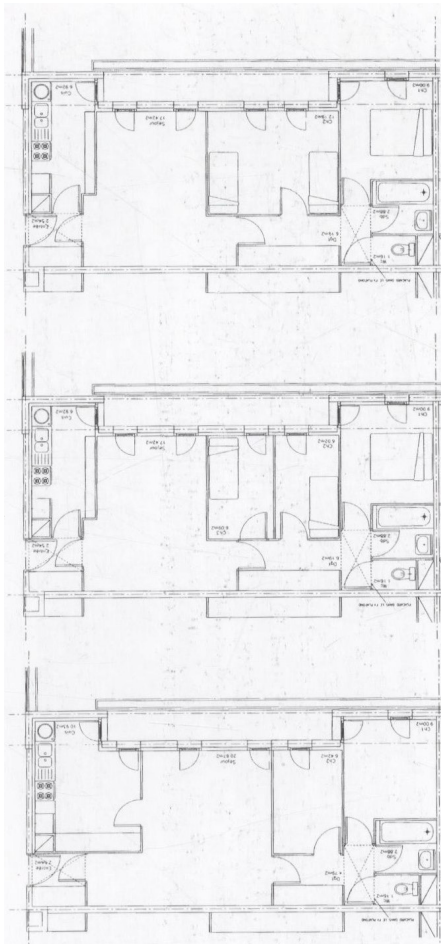


Figura 14 Três possibilidades de distribuição numa mesma habitação. Conjunto habitacional de Alain Sarfati, em Meaux, França (1996)

Flexibilidade e adaptabilidade são facilmente confundidos e muitas vezes usados para definir o mesmo conceito. Steven Groák, faz uma clara distinção entre as duas definindo a flexibilidade como uma ação ativa, onde através de painéis deslizantes ou algumas manipulações físicas consegue-se diferentes formas e dimensões de espaço dentro de uma mesma área. É uma ação que passa por mutações interiores e exteriores, sejam temporárias (painéis deslizantes) ou permanentes (ampliação da habitação para o exterior). Promove assim diferentes disposições físicas, enquanto que a adaptabilidade, por outro lado, permite uma polivalência de usos numa mesma área. A adaptabilidade trata, portanto, de uma atividade passiva, onde a apropriação e uso do espaço pode tomar várias funções dependendo da sua organização, circulação e até da própria designação do espaço (Groák, 1994, p.15).

“É preciso adaptar à arquitetura a noção de experimentação que não é senão uma metáfora do trabalho de laboratório e da relação de ida e volta entre teoria e prática, entre conceptualização e experiência in situ. Num grande número de situações, a inovação e a experimentação aparecem, assim, como uma interpretação pelos observadores, de práticas que os arquitetos integram no seu trabalho”² (Léger, 2001, pp. 46 e 47).

Esta citação de Léger, leva-nos a perceber que a experimentação na arquitetura passa por todo o tipo de fases, e neste caso (num projeto onde se procura encontrar na mesma planta várias disposições espaciais), as alterações físicas da habitação ou

a possibilidade de diferentes usos no mesmo fragmento são constituintes do mesmo processo de estudo. Todas as experiências projetuais passam pelos vários testes e é aqui que percebemos que a definição de flexibilidade e adaptabilidade se encontram quando ambas são intervenções estimulantes na apropriação do espaço. Ambas andam a lado a lado no que toca a reaproveitar a mesma superfície para diversas funções e utilidades e, de uma forma ou de outra, oferecem uma versatilidade e polivalência de usos dentro do mesmo espaço, dando resposta às variadas exigências e alterações de agregados familiares, motivadas por transformações sociais, económicas e/ou tecnológicas.

Depois desta breve introdução aos temas da flexibilidade e adaptabilidade, a reflexão que se segue fundamenta-se numa corrente que defende a adaptabilidade como parte integrante da flexibilidade. Assim, o presente trabalho foca-se mais no conceito da flexibilidade, alicerce conceptual do projeto que se propõe. A adaptabilidade, mais tarde, toma lugar como uma derivada e complemento da flexibilidade, e por isso não será abordado com tanto enfoque.

CONCEITO DE FLEXIBILIDADE

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

*Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.
(...)”*

Luís Vaz de Camões, in “Sonetos”.

A sociedade está constantemente em transformação e evolução e com ela surgem inovações tecnológicas, alterações socioeconómicas, e novas práticas na forma de habitar. Com isto, a casa, sendo o bem mais pessoal do Homem e reflexo da sua identidade, deve acompanhar essa evolução de uma forma prática, fácil e eficaz na concretização dos desejos e necessidades do seu utilizador. É neste contexto que surge a flexibilidade.

“Entende-se por flexibilidade qualquer disposição construtiva ou formal que permita alguma diversidade nas formas de ocupação”³ (Paricio, 1998, p.49). O conceito de flexibilidade prende-se na capacidade que uma habitação tem em suportar várias formas

3 Tradução livre da autora

de habitar dentro de um mesmo espaço, através da mutação de elementos físicos. Palavras como *versatilidade*, *adaptabilidade*, *mutabilidade*, *polivalência*, *expansibilidade* são usualmente empregues na definição de flexibilidade. Isto porque todas tratam, de certa forma, de um processo de transformação ativo e dinâmico no espaço físico conforme o estilo de vida, costumes, culturas e singularidades dos seus moradores. É neste contexto que adaptabilidade completa e sublinha a flexibilidade de uma habitação: quando a última oferece novos espaços através da manipulação de elementos físicos, a adaptabilidade, multiplica a flexibilidade de uma habitação através da prática de várias funções dentro de cada novo espaço. Criamos assim uma matriz quase infinita e ilimitada entre soluções arquitetônicas e diferentes formas de habitar dentro da mesma área.

A habitação flexível permite que os seus ocupantes façam parte do projeto e construção do seu espaço doméstico. A incorporação da participação do habitante nas diferentes fases do projeto habitacional, promove um sentido de proximidade e responsabilidade sobre a sua habitação. “Esta responsabilidade encontra-se vinculada à necessidade que as pessoas têm de se identificarem com as suas habitações, numa relação que poderia ser de proporcionalidade direta, isto é, quanto maior o nível de identificação, maior a vontade em preservar e maior o sentido de responsabilidade dos ocupantes para cuidar das suas habitações, do seu bairro e do seu conjunto habitacional” (Durães, 2015, pp. 29 e 30). Assim, preserva-se a qualidade de cada habitação como também se constrói um espaço de acordo com os gostos, rotinas quotidianas e personalidade do seu morador.

A flexibilidade na organização interna do espaço deve dar resposta às carências e mutações vividas num conjunto familiar na pré e pós-ocupação da habitação, como também às exigências da procura no mercado imobiliário. Esta diversidade na organização interna do

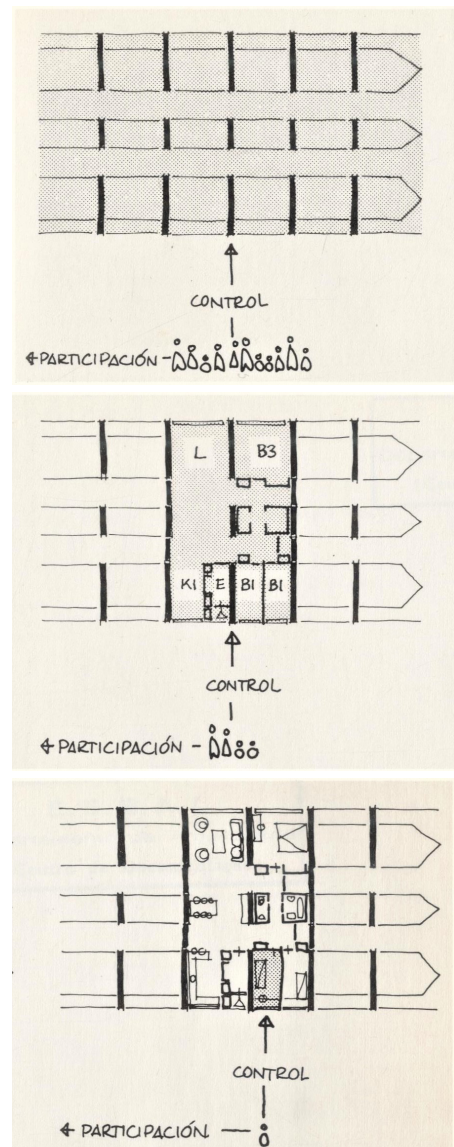


Figura 15 Esquema que aborda o processo da conceção de uma estrutura habitacional com a participação da comunidade.

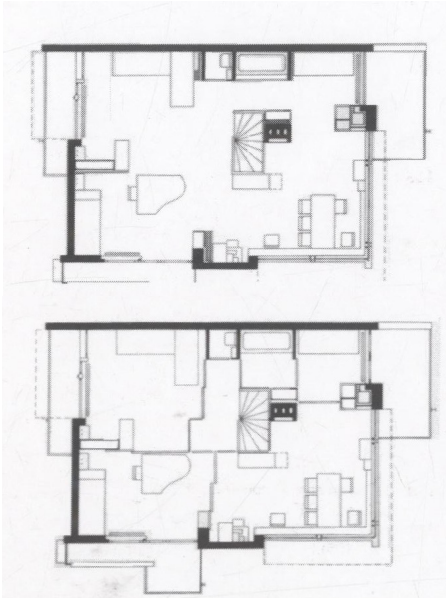


Figura 16 Compartimentação do espaço através de painéis móveis numa planta com estrutura "limpa e ampla". Casa Schroeder (1924) de Gerrit Rietveld.

espaço habitacional só é possível quando existe uma separação entre os elementos fixos (a estrutura) e os elementos móveis (painéis responsáveis pela compartimentação interior).

A flexibilidade na habitação "é tanta maior quanto mais limpa e ampla é a sua estrutura, quanto mais ordenada e equilibrada é a sua compartimentação e quanto mais simples e fácil é a remoção das divisórias para a integração das partes vizinhas"⁴ (Paricio, 1998, p. 28). A casa torna-se então um organismo vivo que tem como princípio ser habitada por todos, nas várias fases de vida e capaz de responder às adversidades sociais, económicas e tecnológicas que surgem ao longo da vida de um ou mais agregados familiares que venham a ocupar o mesmo habitáculo. "A flexibilidade é, então, uma questão de potencialidade"⁵ (Monteys, 2001, p. 50), onde leques de possibilidades de organização espacial se abrem perante as demandas impostas pelos seus utentes.

É difícil como arquiteto, propulsor na criação do refúgio para o Homem, conceber, através de um projeto estático e permanente, um modelo universal que englobe e satisfaça as várias realidades sociais de hoje. A flexibilidade e a adaptabilidade tornam-se então, ferramentas cruciais no trabalho de um arquiteto. Na providência de soluções arquitetónicas habitacionais que equilibrem e integrem um espaço privado e pessoal numa envolvente pública, o arquiteto deve conseguir também, expressar a identidade do morador como cidadão na arquitetura da casa.

O tempo passa, as vontades mudam e a arquitetura evolui num compromisso perpétuo com o cidadão e a sociedade.

4 Tradução livre da autora

5 Tradução livre da autora

OUTRAS PERSPECTIVAS

Flexibilidade é um termo altamente discutido e debatido por vários teóricos e arquitetos no que toca à sua aplicação na arquitetura.

Nomeadamente, Rem Koolhaas que, no seu livro *S, M, L, XL*, simplifica e desmitifica o que para si, é a flexibilidade: “A flexibilidade não é a antecipação exaustiva de todas as modificações possíveis. Muitas alterações são imprevisíveis (...). A flexibilidade é a criação de uma capacidade de ampla margem que permita diferentes e mesmo opostas interpretações e usos”⁶ (Koolhaas, 1995, p. 240).

Contrariamente a Koolhaas, Herman Hertzberger, expõe a sua opinião em relação ao que é a flexibilidade e vai no sentido oposto da definição apresentada pelo arquitecto holandês. A flexibilidade “parece inerente à relatividade, mas, na verdade, está ligada apenas à incerteza, à falta de coragem em nos comprometermos e, portanto, à recusa da responsabilidade inevitável ligada a cada ação que empreendemos”⁷ (Hertzberger, 1991, p. 146). Criticada fortemente pelo autor, a flexibilidade aqui é interpretada como uma falta de identidade arquitetónica em qualquer projeto. Assume que é um método que acaba por conseguir oferecer diferentes respostas para uma mesma solução, mas que nunca é a solução ideal que se pretende.

Contudo, apresenta o conceito de ‘polivalência’ como o melhor caminho para se transformar o uso de uma habitação. Uma forma estática deve ser concebida de maneira a permitir mais tarde que o espaço seja apropriado de forma diferente sem o decompor, ou seja, deve ser desenvolvida “uma forma que parta da própria mudança como fator permanente – (...) uma forma que seja

6 Tradução livre da autora

7 Tradução livre da autora

polivalente⁷⁸ (Hertzberger, 1991, p. 146). Hoje em dia, este termo vem associado à adaptabilidade que se baseia nos mesmos princípios apresentados por Hertzberger. Essencialmente, trata de acomodar diversas funções no mesmo espaço sem que este tenha que se reconfigurar.

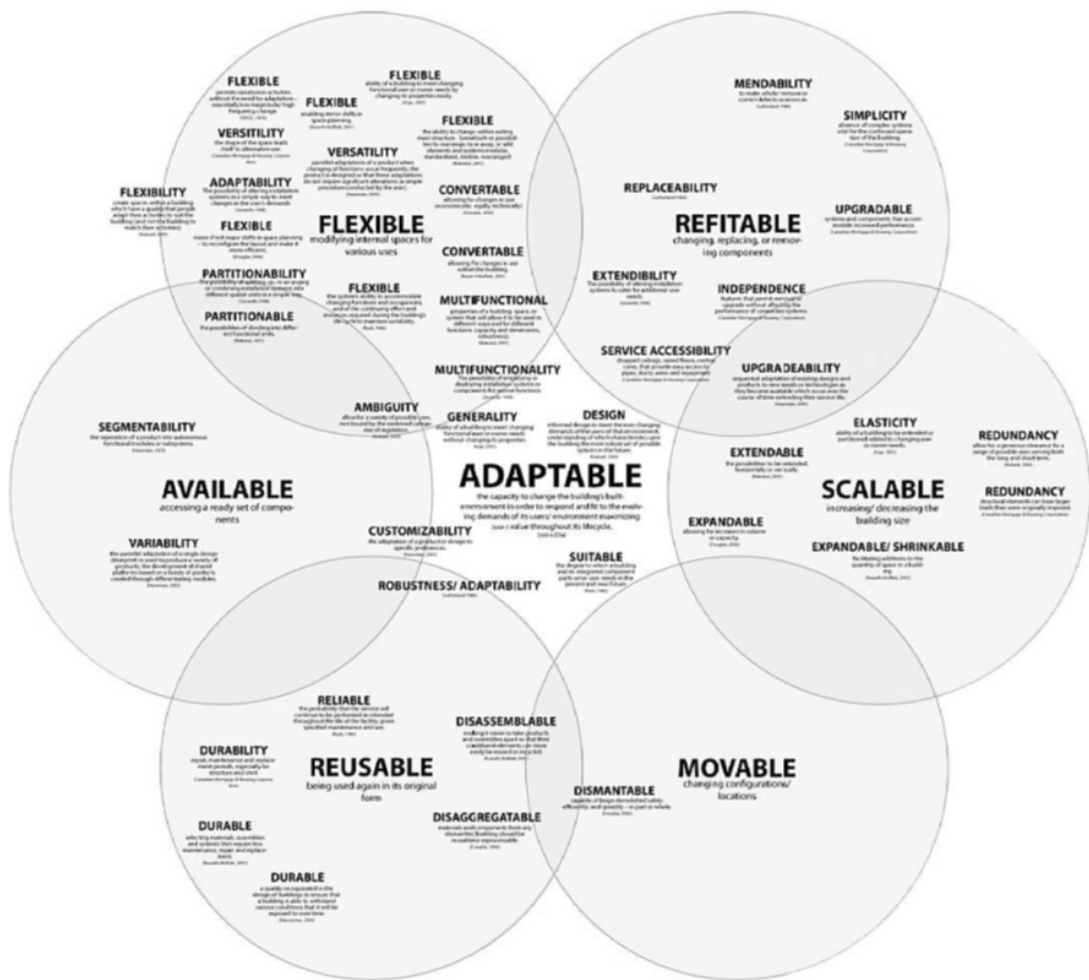


Figura 17 Esquema explicativo da hierarquia dos conceitos estudados por Robert Schmid

A adaptabilidade é interpretada por outros autores como o centro de todos os outros conceitos que possam englobar, de alguma forma, processos de transformação ou diferentes apropriações de espaço. Robert Schmidt III, Toru Eguchi, Simon Austin e Alistair Gibb, autores do artigo *Adaptable Futures: A 21st Century Challenge* (2009), definem a adaptabilidade como a “capacidade de mudar o ambiente construído da habitação, para ajustar-se e dar resposta às demandas dos seus usuários, maximizando o seu valor ao longo do seu ciclo de vida”⁹ (Schmidt, 2009). Num esquema desenvolvido por Robert Schmidt, no ano seguinte, explica como todos os conceitos que temos vindo a abordar se concentram no tema ‘adaptável’.

A centralização do termo ‘adaptável’ (figura 17), comprova a definição que Robert Schmidt III, Toru Eguchi, Simon Austin e Alistair Gibb propõem para a definição de adaptabilidade, termo que, para estes autores, alberga todos os outros. Curiosamente, a flexibilidade é uma ramificação deste conceito, mas, no entanto, um dos subtemas que faz parte do seu núcleo, é a adaptabilidade.

Uma das preocupações que surge ao dotar uma habitação de flexibilidade e adaptabilidade espacial, foi salientada por Jonathan Sergison e Stephen Bates quando estes referem que a flexibilidade não deve ser, necessariamente e unicamente, mecânica. Ou seja, habitação flexível, para estes autores, deve dar “corpo a significados que vão para além do programa e do compromisso, comprometendo-nos com a experiência pessoal e coletiva do lugar”¹⁰ (Sergison, 1998, p.62), isto é, a flexibilidade vai para além da transformação física do espaço: permite ao utilizador conceber uma habitação com a qual ele se identifique com a envolvente que o rodeia, “entendida pela generosidade de uma interpretação individualizada”¹¹ (Sergison, 1998, p.58).

9 Tradução livre da autora

10 Tradução livre da autora

11 Tradução livre da autora



Figura 18 Projeto habitacional, Carabanchel, Aranguren + Gallegos, Madrid

Para os arquitetos Aranguren e Gallegos, a conceção da planta flexível numa habitação deve partir, primeiramente, da distinção entre o que pode ser mutável ou não. As cozinhas e instalações sanitárias, por serem dependentes de condutas e *courettes*, são definidas pelos arquitetos, como as únicas áreas da casa que devem ser imutáveis e por isso devem já fazer parte da base com que o utilizador irá trabalhar. O restante espaço será livre de albergar todo o tipo de transformação de espaços através de painéis deslizantes, desdobráveis ou móveis. O mobiliário também deverá fazer parte da flexibilidade na habitação, e por isso pode ser colocado onde melhor servir ao morador, permitindo uma polivalência de usos no espaço doméstico (Aranguren + Gallegos, 2005).

N. John Habraken, autor do livro *El diseño de soportes*, acredita que só a flexibilidade, vista como possibilidade para o indivíduo decidir e participar no desenho da sua habitação, permite que a casa seja o reflexo “das suas aspirações pessoais” e “consiga a melhor vantagem das tecnologias existentes”¹² (Habraken, 1979, p.18). O arquiteto apresenta um sistema e conjunto de regras que orientam a conceção de uma planta habitacional, no sentido de permitir a maior variedade na organização e disposição espacial dentro do mesmo padrão estrutural.

Com o objetivo de contrariar a estandardização das habitações construídas em massa, Habraken faz a distinção entre o que é ‘suporte’ e ‘unidade separável’. ‘Suporte’ “será uma estrutura completa em si mesma (...) construída e desenhada num sítio específico”¹³ (Habraken, 1979, p.18). ‘Unidades separáveis’, por sua vez, “são componentes móveis sobre os quais o residente tem controlo individual”¹⁴ (Habraken, 1979, p.103). “Por definição, qualquer residente pode decidir onde e quando aquela deve ser colocada. Caso queira voltar a movê-la, a estrutura não deverá, por

12 Tradução livre da autora

13 Tradução livre da autora

14 Tradução livre da autora

isso, colapsar”¹⁵ (Habraken, 1979, p.18). Uma habitação resulta então da articulação entre o suporte e as unidades separáveis. “O desenho de suportes deve albergar todas as unidades separáveis possíveis, enquanto que todas as ‘unidades separáveis’ deveriam poder inserir-se em cada suporte”¹⁶ (Habraken, 1979, p.19). Por esta razão, o desenho da estrutura é o produto arquitetônico que resulta de um trabalho de experimentação prévio das múltiplas variantes que o suporte consegue albergar. O livro torna-se quase uma ‘receita’, onde Habraken e os seus colaboradores, apresentam um conjunto de processos que orientam a concretização de um sistema de suportes eficaz e funcional.

Deste modo, Habraken aborda o tema de flexibilidade como resposta aos problemas sociais que existem na conceção de uma habitação construída em massa. A flexibilidade é assim, a ferramenta que permite um suporte, uma estrutura, uma base projetual, de oferecer inúmeras, ou quase infinitas, soluções na organização e distribuição dos espaços numa habitação para diferentes tipos de residentes.

Após uma reflexão sobre as várias perspectivas enunciadas por diferentes autores, pode-se concluir que existe uma distinção clara entre a flexibilidade e adaptabilidade; enquanto que a primeira abrange uma ação reconfiguradora do espaço, uma ação ativa, a segunda relaciona-se com a polivalência e versatilidade de usos sem alterações físicas do espaço. Tornou-se crucial e determinante o entendimento da sua evolução e a forma como vários atores do mesmo palco (a arquitetura) adotam estes conceitos na habitação. Neste trabalho, a adaptabilidade é considerada um seguimento da flexibilidade, ou seja, a adaptabilidade opera nas diferentes áreas desenvolvidas pela flexibilidade.

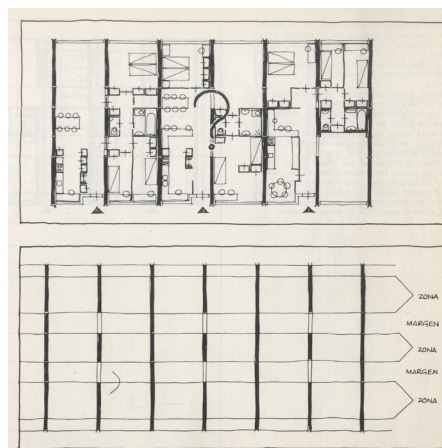


Figura 19 Desenho de J. Habraken, que exemplifica as diferentes apropriações de espaço com o mesmo suporte. Segunda imagem: divisão do “suporte” em zonas e margens que determinaram a organização e distribuição de espaços da primeira imagem.

15 Tradução livre da autora

16 Tradução livre da autora

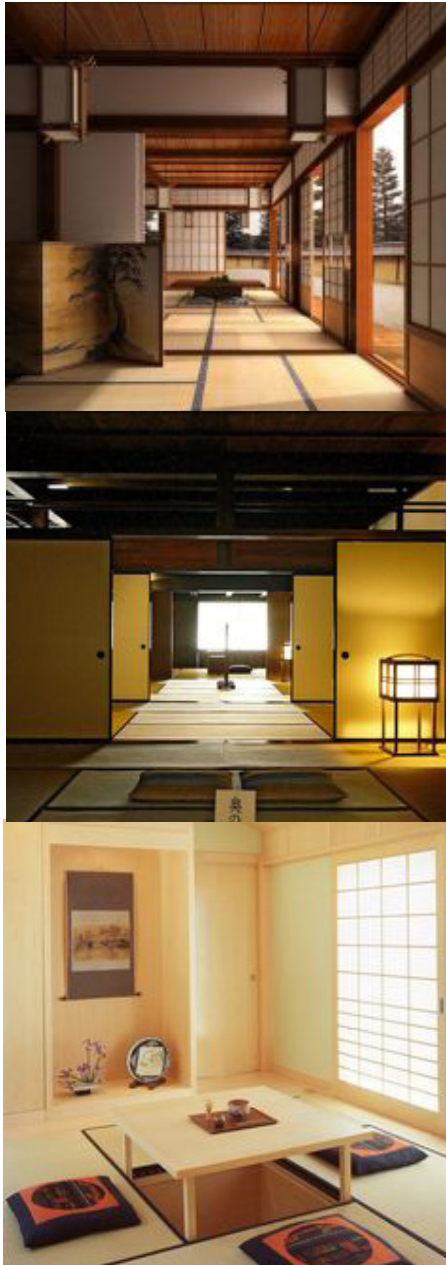


Figura 20 Fotografias referentes à espacialidade interior de uma habitação típica japonesa

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A casa tradicional japonesa pode ser apontada como um dos primeiros exemplos de flexibilidade e adaptabilidade na arquitetura da habitação. Em *Adaptaciones Quotidianas*, Jorg Werner afirma que já nos séculos VII e VIII é possível encontrar exemplos de habitações japonesas onde se assiste a uma clara separação entre o que é a estrutura portante da habitação, que neste caso era feita com uma estrutura reticulada de madeira, e os elementos leves que eram responsáveis pela compartimentação interior (Werner, 1993, p.90). Estes elementos eram e são feitos por painéis amovíveis que permitem uma permeabilidade e flexibilidade espacial em toda a habitação. Por norma, a casa japonesa dispõe-se segundo uma grelha no pavimento, concebida pela disposição e proporção das esteiras *tatami*¹. As vigas e pilares acolhem as portas e os painéis deslizantes, através de ranhuras na respetiva estrutura, permitindo a rápida alteração de espaços através de pequenas manipulações. Assim, e com o mobiliário, caracterizado pela sua leveza e mobilidade, facilmente, um mesmo espaço pode ser reconfigurado noutros espaços albergando diferentes usos conforme a necessidade do utilizador ao longo do dia.

Na arquitetura habitacional tradicional japonesa, o valor está no espaço criado e não na sua função, e por isso a riqueza da habitação está no tratamento e apropriação do espaço. Wright confirma esta ideia, quando diz que a casa japonesa é “um estudo supremo da eliminação: não só da sujidade, como também da eliminação do insignificante”² (Wright, 1954, p.17). Desta forma, a cultura japonesa

¹ Esteira de palha ou materiais sintéticos com tamanhos padronizados, usada como superfície de atividades marciais ou como pavimento nas habitações japonesas. No Japão, o tatami é usado como instrumento de medida. (fonte: <http://conceito.de/tatami>)

² Tradução livre da autora

na arquitetura foi uma fonte de inspiração (mais tarde) no mundo ocidental, nomeadamente na conceção da planta livre que nasceu partindo dos princípios fundamentais de organização espacial da casa tradicional japonesa – inúmeras possibilidades de disposição e dimensão de espaços através da separação entre estrutura fixa e elementos móveis definidores de espaço e a neutralidade programática de funções em cada divisão.

Ao mesmo tempo, e em contraste com a arquitetura japonesa, o ocidente projetava as suas casas altamente compartimentadas por paredes estáticas e permanentes definidoras de espaços com funções específicas e também elas permanentes e incontornáveis.

Como já tínhamos visto anteriormente no capítulo da contextualização histórica de Lisboa, a revolução industrial suscitou uma grande movimentação de população para os centros urbanos, provocando uma desmedida construção de habitação massificada sem qualquer reflexão sobre as oportunidades que a flexibilidade podia oferecer no abrigo desta população.

Apesar da época industrial surgir no séc. XIX, o emprego da industrialização e o reconhecimento das suas vantagens na arquitetura habitacional, foi só aplicada mais tarde, no séc. XX, quando a Europa foi confrontada com a crise habitacional pós-primeira guerra mundial, depois de 1918. A degradação e a insuficiência habitacional provocada pela procura descontrolada de habitação por parte da população europeia, gritava agora por uma intervenção rápida e eficaz na forma de pensar a arquitetura habitacional. Os arquitetos viram então uma oportunidade de reestruturar todos os antigos e estagnados ideais da habitação e propuseram-se a criar uma habitação flexível, adaptável e capaz de ser produzida por pré-fabricação industrial.

Na procura de oferecer habitações rápidas na sua construção e flexíveis na sua utilização, surgem então os primeiros arquitetos

européus e alguns fundadores do Movimento Moderno: Le Corbusier, Mies van der Rohe, Henry van de Velde, Adolf Loos, Hendrik Petrus Berlage, entre outros.

“A vida moderna pede, espera uma nova planta, para a casa e para a cidade”³ (Le Corbusier, 1981, p. XXX).

O Movimento Moderno nasce no início do século XX. A arquitetura moderna foca-se agora na casa, no homem, e no significado que a casa tem na identidade do homem. “O atual desenvolvimento da construção concentra-se sem dúvida na casa, e em particular na casa para o homem corrente (...) Nem os edifícios públicos nem as fábricas têm hoje a mesma importância. Isto significa que nos preocupamos novamente pelo ser humano”⁴ (Norberg-Schulz, 2005, p.97), escreveu Sigfried Giedon em 1929. A nova concepção de espaço tem agora uma intenção clara: proporcionar ao Homem, através de uma nova arquitetura, um lugar de conforto, identidade e harmonia adaptado à nova vida que se propunha.

Racionais e funcionalistas, os arquitetos modernos propõem uma nova e autêntica arquitetura, baseada nos princípios da planta livre e na simplificação da forma geral do ‘construir’. Através da rejeição completa dos ideais do historicismo, a habitação é reinventada e dá como protagonista a continuidade e liberdade espacial. Os arquitetos estavam perante um desafio no pensamento arquitetónico de conseguir, através da ideia da planta livre, criar um único espaço que fosse capaz de oferecer uma infinidade de variáveis de organização espacial. Esta manipulação do espaço, que abre a possibilidade da flexibilidade na habitação, foi concretizável a partir de três condicionantes: “a estrutura propriamente dita (que relaciona os edifícios com a terra e o céu graças à sua forma de estar em pé e à sua geometria), os elementos definidores de espaço (que exaltam

3 Tradução livre da autora

4 Tradução livre da autora

um modo de vida em relação à sua envolvente existente) e a fachada livre (que representa uma síntese particular das anteriores e, portanto, permite uma simultaneidade de lugares)⁵ (Norberg-Schulz, 2005, p.86).

A estrutura é autonomizada da compartimentação interior, permitindo ao arquiteto a manipulação do desenho do espaço a seu gosto. A flexibilidade no desenho do espaço, torna-se então “num instrumento versátil de expressão e caracterização”⁶ para o utilizador (Norberg-Schulz, 2005, p.94).

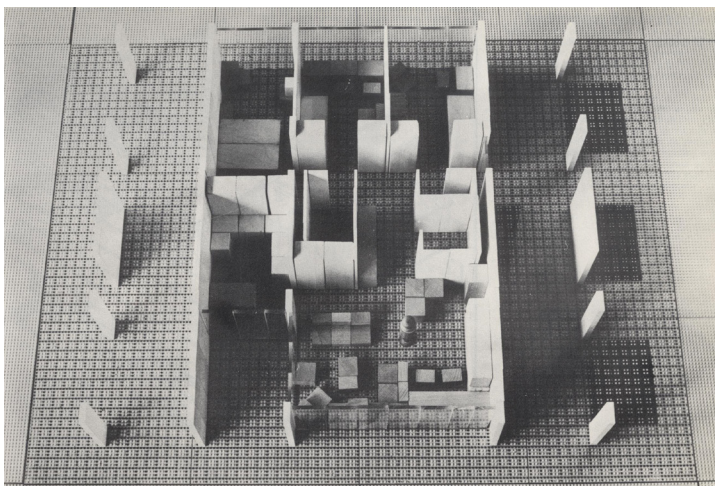


Figura 21 Maquete exemplificativa da utilização de unidades separáveis para a definição de espaços dentro de um suporte.

Neste sentido, surgem os cinco pontos fundamentais da arquitetura moderna - planta livre, pilotis, fachada livre, terraço-jardim e janelas em banda -, fundados por Le Corbusier e integrantes na maior parte dos projetos dos arquitetos modernos. A nova conceção de espaço pretende então promover a simultaneidade dos acontecimentos a partir da permeabilidade e continuidade espacial em toda a habitação.

5 Tradução livre da autora
6 Tradução livre da autora

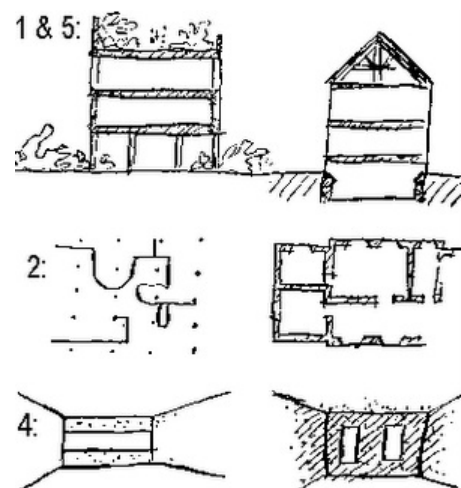


Figura 22 Croqui de Le Corbusier sobre “Os 5 pontos da nova arquitetura” (1929). Lado esquerdo, a nova arquitetura. Lado direito, a antiga arquitetura.

Com a aceleração das mutações sociais e familiares, principalmente a partir da década de 60, o termo 'flexibilidade' ganha mais atenção na vontade de adaptar as habitações aos novos agregados familiares que surgiam. É só nesta altura que se nota um crescente número de projetos que integram a ideia da flexibilidade na habitação com o propósito de incorporar a participação do habitante na definição do espaço.

LE CORBUSIER, MIES E WRIGHT OS CINCO PONTOS DA NOVA ARQUITECTURA

Le Corbusier foi um dos principais autores da implementação do movimento moderno na arquitetura. Apaixonado pela produção industrial, Le Corbusier defendia que “se o problema da habitação fosse estudado como um chassis, as nossas casas transformavam-se, melhorando rapidamente”⁷ (Le Corbusier, 1981, p.88). Com o intuito de conseguir atingir a maior eficácia de espaço e responder à intensa procura de alojamento por parte dos habitantes que se moviam da cidade rural para a cidade urbana na época, Le Corbusier aplica os ideais de flexibilidade nos seus projectos e a construção em série nas suas novas habitações.

Nasceram assim, em 1926, ‘os pilares’ da arquitetura moderna com *Os cinco pontos da Nova Architectura*, de Le Corbusier, onde o autor exprime os seus ideais contributivos para o Movimento Moderno: “libertar o espaço da escravidão das paredes estruturais”, permitir “inúmeras combinações de distribuições interiores” e “abrir vãos na fachada”⁸ (Norberg-Schulz, 2005, p.34). Como ponto de partida, Le

7 Tradução livre da autora

8 Tradução livre da autora

Corbusier percebeu que a flexibilidade era uma medida urgente na arquitetura do novo movimento e por isso estabelece cinco pontos que tornam possível esta nova concepção de espaço: a planta livre, fachada livre, janelas em banda, construção sobre pilotis e terraço-jardim na cobertura.

Estes cinco pontos, tornam-se cânones na arquitetura moderna, mas a planta livre é a personagem principal neste artigo primeiramente publicado na revista francesa *L'Esprit Nouveau*. A planta livre consiste na ampliação da espacialidade interior da habitação, partindo do princípio de que a estrutura é feita através de uma malha estrutural regular (pilotis), independente da compartimentação interior. Os elementos responsáveis pela compartimentação interior poderão ser agora compostos por painéis facilmente amovíveis, de forma a permitir a criação de vários espaços e alteração da dimensão dos mesmos quando seja necessário.

Contudo, todos os elementos que sejam móveis, amovíveis ou removíveis, portáteis, flexíveis, ajustáveis não podem ser parte dominante de uma planta livre. Só existe liberdade numa estrutura seriamente refletida, clara e sucinta, pois “tem de haver uma ordem antes que esta seja rompida”⁹ (Norberg-Schulz, 2005, p.219). No sentido de estabelecer o conceito de planta livre, Le Corbusier concebe a “Casa Dom-Ino”.

Entre 1914 e 1917, com o intuito de responder às preocupações sociais e económicas da altura, Le Corbusier elabora um sistema construtivo que se intitula por ‘Casa Dom-ino’. O nome surge da articulação entre duas palavras que representam os princípios que o arquiteto teve como intenção aplicar nesta nova estrutura: *Domus* (casa) e *Innovation* (Inovação). A importância da ‘Casa Dom-Ino’ reside num universo de possibilidades que se abrem na modulação do espaço a partir de um modelo estrutural idêntico. No seu livro

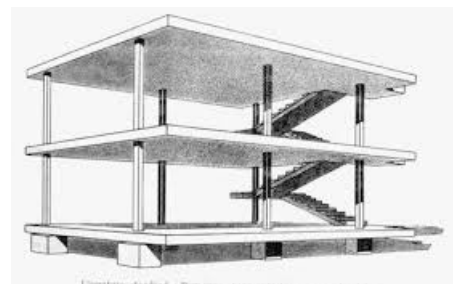


Figura 23 Desenho da estrutura “Casa Dom-Ino”, 1914-1917 de Le Corbusier

Vers une Architecture, Le Corbusier enuncia um conjunto de projetos, de sua autoria, que se constroem sobre o mesmo sistema construtivo Dom-Ino (Le Corbusier, 1981, pp.162-164).

A casa Dom-Ino é, assim, um módulo estrutural composto por lajes horizontais distanciadas entre si por um piso, pilares recuados, que permitem uma fachada livre (explicaremos mais à frente este conceito) e uma caixa de escadas que promove a circulação livre entre todos os pisos.

Outra das intenções que Le Corbusier sugere com o nome 'Dom-Ino', é propor uma estrutura que se articula e conecta com outras iguais a si, como um jogo de 'Dominó'. A estrutura é desenhada com o objetivo de facilitar a sua agregação a outros módulos iguais a si, horizontalmente e/ou verticalmente. A casa Dom-Ino multiplica-se, possibilitando a criação de espaços maiores ou menores, mais fechados ou mais abertos, com janelas em banda, promovendo, uma vez mais, a flexibilidade na dimensão de espaços. Este jogo de áreas, permite uma panóplia de tipologias habitacionais num mesmo edifício com diferentes arranjos exteriores e interiores, conseguido através da planta livre de cada habitação e do seu carácter neutro e independente do lugar onde é implantado.

Segundo Mies van der Rohe, a planta livre e a estrutura regular são inseparáveis, pois “a estrutura é a coluna vertebral do conjunto que torna a planta livre possível. Sem a coluna vertebral, a planta não seria livre, mas caótica”¹⁰ (Norberg, Schulz, 2005, p.83). Mies van der Rohe também estudou e, mais tarde, aplicou, o conceito da planta livre, nomeadamente nos projetos de ‘casas pátio’ na década de 1930. Na mesma altura, Mies projetou a casa Tugendhat, em Brno (1929-1930), projeto este que foi considerado “a interpretação da casa moderna mais radical e mais completa até então”¹¹ (Norberg-

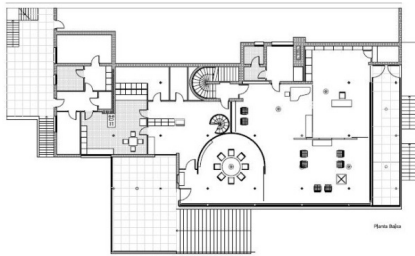


Figura 24 Casa Tugendhat de Mies Van der Rohe, Brno, República Checa, 1930.

10 Tradução livre da autora
11 Tradução livre da autora

Schulz, 2005, p. 113). Aqui o conceito de casa moderna toma lugar em toda a arquitetura da casa, e a planta livre dá um salto na forma como Mies organiza a espacialidade interior da habitação.

Outro grande arquiteto que também foi dos maiores impulsionadores da arquitetura moderna foi sem dúvida Frank Lloyd Wright que, depois de uma visita ao Japão no princípio do século XX, fascinou-se com a cultura e a arquitetura japonesa. Também ele explorou o conceito da flexibilidade a partir da planta livre: “A casa libertou-se e tornou-se mais vivida. A espacialidade interior começou a emergir” (1910) (Wright, F. L., apud ABREU, 2005, p.27).

Wright tomou como ponto de partida a destruição da caixa, ou seja, o primeiro passo a tomar para atingir o primor da planta livre seria a destruição da exagerada fragmentação do espaço, estabelecida por elementos fixos e permanentes do passado, transformando-a assim, numa contínua e total liberdade de espaço: “Estava a desfazer a parede como parede em si e dando-lhe a função de um painel/tela, uma forma de abrir o espaço que (...) finalmente permitia o uso livre de todo o espaço (...)”¹² (Wright, 1954, p.33). Consequentemente, Wright transformou a casa num jogo entre planos verticais e horizontais, que por sua vez tomavam lugar como paredes, tetos e chão. Este jogo permitia uma abertura de espaço infinita. Os planos não se entrelaçam, nem se cruzam para não formar espaços cerrados, mas sim, sobrepõem-se e contrabalançam de forma a eliminar a barreira entre o interior e exterior. Através de planos suspensos, o espaço interior, era então amplo e infinito visto que os próprios elementos construtivos se prolongavam para o exterior assim, mais uma vez, conseguia-se a transição subtil entre o interior e exterior.

Retomando os *Cinco pontos da Nova Architectura*, segundo Le Corbusier, para a concretização de uma planta livre deve existir então uma autonomização da estrutura portante em relação a tudo o resto, nomeadamente da fachada. A fachada desprende-se da estrutura e



Figura 25 Projectos de Frank Lloyd Wright.
Fallingwater House, Pennsylvania, 1936.
Robie House, Chicago, Illinois, 1910.
Westcott House, Springfield, Ohio, 1906.

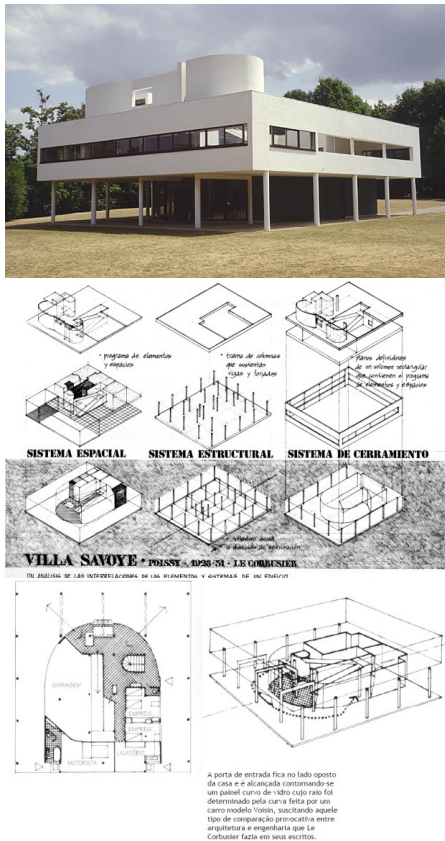


Figura 26 Ville Savoye de Le Corbusier, Poissy, França, 1929-1931.

toma-se um elemento neutro na definição dos espaços. Contrariamente a Mies van der Rohe e a Frank Lloyd Wright – autores de projetos progressistas onde ‘não há fachada’ (como no Pavilhão de Barcelona e na Casa Cascata, respetivamente) – Le Corbusier, um arquiteto apesar de tudo clássico, mantinha a volumetria primária nos seus projetos “As formas primárias são as belas formas porque se lêem claramente”¹³ (Le Corbusier, 1981, p.XXIX), o que implicava que a pele exterior do edifício fosse parte fundamental na conceção da “fachada livre”. “A fachada livre é basicamente uma amostra do desejo da simultaneidade de lugares; não se pode ler como algo inequivocamente que separa ou une, mas que está aberta a numerosas interpretações; claro que pode ser reduzida à pura e simples transparência literal (...) como também pode converter-se na manifestação de complexas estratificações espaciais (...)”¹⁴ (Norberg-Schulz, 2005, p.84).

As janelas em banda vêm completar o ideal da fachada livre. Partindo da sua continuidade ao longo de toda a fachada, o observador consegue usufruir de uma visão ampla da envolvente do edifício e ainda, e mais uma vez, uma flexibilidade em atribuir diferentes funções aos diferentes espaços, visto que o vão onde as janelas se inserem são ininterruptos ao longo de toda a casa.

Por fim, nos últimos dois pontos, Le Corbusier faz referência à arquitetura como elo de ligação entre o céu e a terra. Os pilotis são responsáveis pelo esqueleto do edifício, como já tínhamos referido anteriormente, mas a sua particularidade toma principal destaque no piso térreo, os quais “elevam o edifício sobre o terreno”, conservando “a sua continuidade infinita”. Enquanto que a cobertura plana (*toit-jardin*), dotada de um terraço-jardim, “recebe” o sol e a chuva, e expressa a ideia de que a vida tem sempre lugar ‘por baixo do céu’¹⁵ (Norberg-Schulz, 2005, p.35).

13 Tradução livre da autora

14 Tradução livre da autora

15 Tradução livre da autora

Citando Le Corbusier, em *Vers une Architecture* (Por uma Arquitetura), (obra que compila os seus escritos polémicos do *Esprit Nouveau*), “a casa é uma máquina de habitar” (Le Corbusier, 1981, p.88) e abarca uma nova liberdade e abertura espacial que deve ser vista como impulsionadora na forma revolucionadora do construir e ativa do habitar.

CAPÍTULO 05



05 | A PROPOSTA

Neste capítulo, produto de uma intensa reflexão e trabalho persistente sobre as problemáticas apresentadas em Marvila, procura-se apresentar uma proposta arquitetónica que dê resposta às carências e necessidades da zona em estudo. Com base nas estratégias de intervenção e ordens de pensamento expostas ao longo deste trabalho, a proposta será contextualizada e enquadrada numa situação urbana concreta.

Figura 27 Planta de Marvila (Ortofotomapa), com destaque à zona de intervenção.

PROPOSTA PARA INTERIORES DE QUARTEIRÃO MARVILA

A área de intervenção localiza-se em Lisboa, na parte oriental da cidade – Poço do Bispo, Marvila. A proposta distribui-se em dois quarteirões contíguos e delimita-se a nascente pela Rua do Açúcar, e a poente pela linha ferroviária do Norte. Lugar com cariz maioritariamente industrial, revela alguns pontos de referência importantes próximos dos quarteirões em estudo, como o Convento do Asilo dos Velhos (séc. XVII), a “Vila Pereira”, o Palácio da Mitra e algumas unidades fabris, como a fábrica Abel Pereira da Fonseca e a fábrica de borracha luso-belga.

O projeto apresentado é implantado em dois quarteirões e aborda três temáticas diferentes, distribuídas em três vazios urbanos consecutivos. Cada uma das intervenções localiza-se num interior de quarteirão distinto e a proposta visa aglutinar, numa só solução, estes três vazios, através de uma sucessão de serviços e espaços públicos que providenciam uma nova dinâmica socio-espacial.

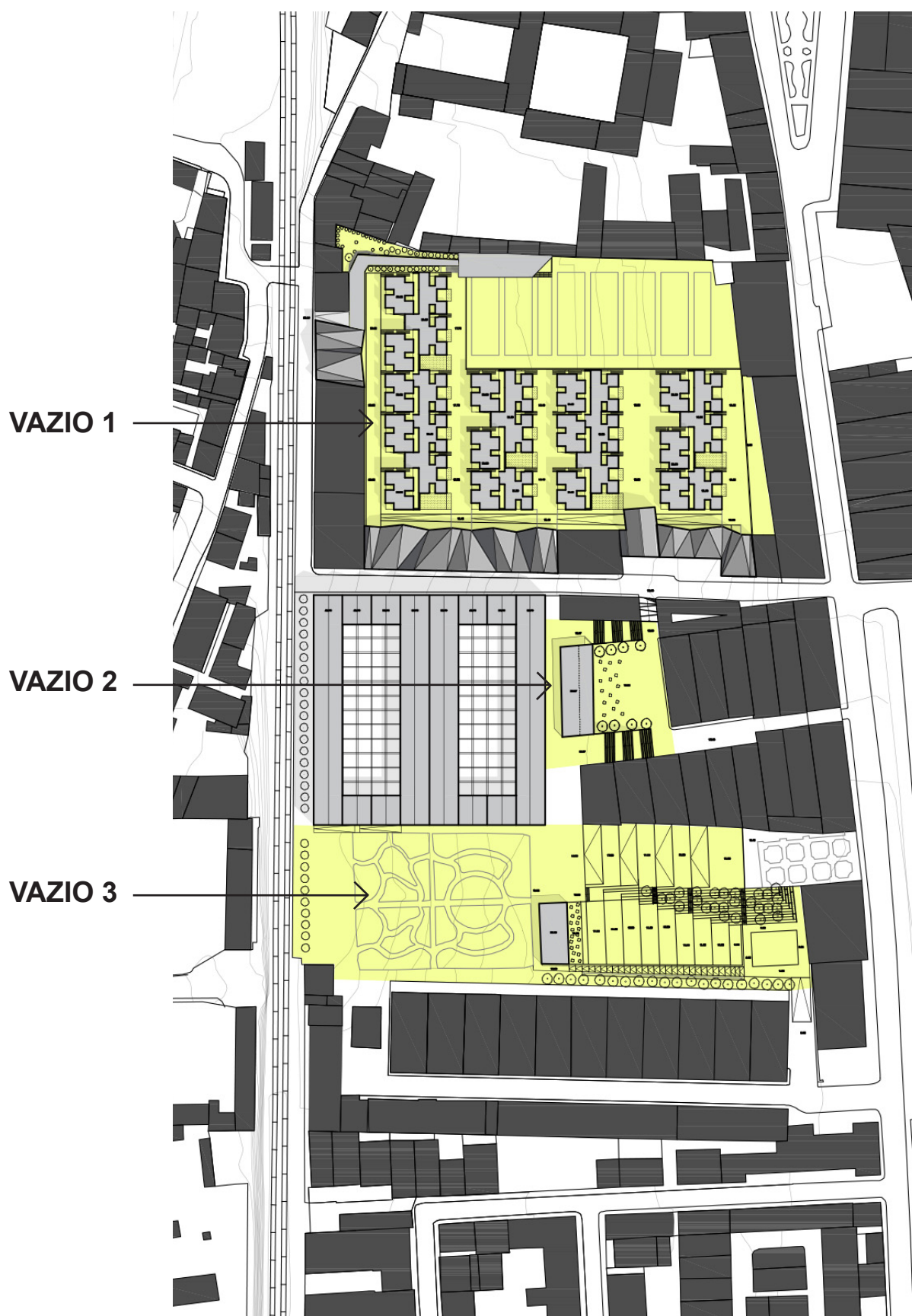


Figura 28 Planta do Poço de Lisboa com os vazios a intervir assinalados

Cada vazio tem a sua própria identidade e são o reflexo da vivência dos habitantes que ocupam os edifícios que lhes são adjacentes. O primeiro quarteirão – onde se insere o VAZIO 1 – é delimitado por edifícios de baixa densidade que são atualmente destinados à habitação, restauração e comércio ou foram deixados ao abandono por infortúnios sociais ou económicos. Neste perímetro de edificado, pela sua história e arquitetura, destaca-se a “Vila Pereira”, com frente para a Rua do Açúcar. A “Vila Pereira” era um edifício particular durante o período do movimento industrial, por agregar, no mesmo edifício, os armazéns/oficinas de atividades de produção e as habitações dos operários que trabalhavam nesses mesmos armazéns. Atualmente, tanto a arquitetura como a sua ocupação, preservam-se, na medida em que o piso térreo se destina ao comércio (que de certa forma se aproxima aos armazéns e oficinas de produção, por ambos servirem o público) e os últimos dois pisos são ocupados por habitação.

O interior deste quarteirão está, nos dias de hoje, entregue às atividades quotidianas do bairro. Assiste-se a vários tipos de ocupação: construção de anexos ilegais, vestígios de antigos armazéns industriais, pequenos momentos de agricultura e ainda alguns terrenos baldios. A falta de carácter e preocupação por uma área desta dimensão no meio de um centro urbano como Marvila, abre portas para uma intervenção que converta uma zona desintegrada e sem identidade, numa área consolidada e ordenada, promotora de uma vivência positiva. Ainda dentro deste quarteirão, destaca-se uma área de 4000m² dedicada à agricultura urbana. Este lugar, caracterizado pela sua organização, disposição, cromatismo, ritmo e espontaneidade, foi a inspiração, mais à frente, para a conceção do desenho e ordenamento do projeto que revitaliza este interstício.

O segundo quarteirão alberga diferentes tipos de ocupação territorial. Começamos por evidenciar uma densa massa edificada com que

nos deparamos, imediatamente, na observação deste quarteirão. Este volume corresponde a um antigo armazém de mercadorias que foi posteriormente abandonado e que, há relativamente pouco tempo, foi parcialmente convertido num espaço de co-working. O projeto que se propõe, visa complementar e finalizar, de certa forma, a reabilitação deste espaço, já inicializada pela empresa *TODOS*, na proposta de um espaço de trabalho co-working. Trata-se de um edifício de aproximadamente 7000m² de implantação e que se eleva por 14 metros de altura. O interesse num 'pensar' sobre este volume foi o ponto de partida para a intervenção nos vazios que lhe são adjacentes. O primeiro – VAZIO 2 –, atualmente é um local de estacionamento ocupado espontaneamente sem qualquer plano territorial. A existência de um muro de suporte que vence uma altura de 5 metros é a característica mais forte deste logradouro e a proposta passará por uma reintegração urbanística deste último, articulado com atravessamentos que concretizem a ligação entre a cota da rua Pereira Henriques (Sul) e o VAZIO 3.

Por último, o VAZIO 3, com uma escala bastante maior que o anterior, singulariza-se pela presença de vários espaços verdes, públicos e privados, mas que, atualmente, encontram-se desagregados, desaproveitados e desenquadrados da sua envolvente urbana. A topografia irregular desta área, acaba por ser uma das suas maiores vantagens por conseguir resolver a ligação entre a cota mais alta de toda a área de intervenção (22.60m), nomeadamente a cota do armazém que será posteriormente reabilitado, e a cota mais baixa – a rua do Açúcar. Aliado a estes fatores, existem ainda outros adereços que potenciam este lugar. O Palácio da Mitra e a fábrica de borracha luso-belga são parte do perímetro deste quarteirão e pelo seu valor histórico e patrimonial, a reintegração destes na nova proposta, será essencial para a valorização do mesmo.

ESTRATÉGIA URBANA PRIMEIRA FASE DE TRABALHO

A proposta que se apresenta de seguida surgiu de um processo de duas etapas. A primeira etapa partiu de uma fase de grupo, desenvolvida em turma, sob o tema “A cidade como ‘antro-urbis’”¹. Pensar na cidade como uma unidade e no seu redesenho para a qualificação da mesma, eram princípios que teriam que ser base de estudo para uma nova proposta e que, posteriormente, oferecesse uma nova dinâmica e vivacidade no território.

Como ponto de partida em qualquer proposta urbana, o trabalho procurou fazer uma leitura do lugar no sentido de perceber a sua contextualização histórica e os vários processos que atravessou até chegar ao que é hoje.

Marvila é uma das freguesias com maior extensão em Lisboa e nela assiste-se a uma série de microcosmos diversos que tornam esta cidade cativante do ponto de vista histórico, social e urbanístico. Interessou-nos estudar e analisar cada uma destas vivências e ressuscitar alguns dos momentos da cidade perdidos ao longo do tempo. Como já foi referido, Marvila caracteriza-se por ser uma freguesia que alberga dois tipos de cidade muito diversos, um com um carácter mais bairrista e outro mais industrial. A realidade que se assiste hoje em Marvila é uma desconexão entre ambas, uma estratificação espacial e social que carece de uma intervenção a nível urbano. Em grupo, foi então realizado um estudo prévio e uma análise urbana do Poço do Bispo, onde foram identificados os pontos mais e

¹ “O primeiro semestre terá como tema a Cidade em termos genéricos, correspondendo a uma abordagem à escala do [re]desenho urbano, culminando num Estudo Prévio de um EDIFICADO que se relacione com o ESPAÇO PÚBLICO, que deverá contribuir para os propósitos da requalificação urbana, assegurando nomeadamente a continuidade dos espaços públicos com a estrutura urbana pré-existente.”, Professor Carlos Lameiro, Programa da Unidade Curricular Laboratório de Projeto VI, do 5º ano, 1º semestre do ano letivo 2015-2016.



Figura 29 Estratégia Urbana Articulação entre situações e elementos dispersos pelo território



Figura 30 Estrat\u00e9gia Urbana Ideia(s) de projecto e s\u00edntese conceptual

menos fortes, lugares ou situações desprovidas de vida e potenciais focos históricos ou de beleza arquitetónica que se preservaram, bem ou mal, ao longo do tempo. Foram também assinaladas artérias principais e determinantes na acessibilidade dentro e para fora da cidade, a sua proximidade com o centro de Lisboa e ainda a relação que a mesma tem com o Rio.

A estratégia urbana defendida pelo grupo fundamentou-se em reconectar as partes ativas da cidade com novas intervenções nos fragmentos soltos e perdidos na malha urbana, trazendo de volta a vivacidade de Marvila a Lisboa. A continuidade urbana é devolvida através de um conjunto de ações e decisões globais no território, onde depois se seguirá um processo de acupuntura, que desenvolverá cada projeto individualmente, mas como parte de um todo. Todas as intervenções que o grupo propôs, unem-se com uma intenção de gerar percursos e atravessamentos alternativos às vias mais comuns da cidade, aliados a projetos habitacionais, de serviço ao público e espaços verdes que acompanhem e complementem estes trajetos.

Toda a análise realizada sobre o enquadramento histórico da cidade, o seu crescimento e percurso ao longo dos processos sociais, económicos e arquitetónicos, suscitou um enorme interesse pelo desenvolvimento de propostas com vista à sua revitalização e como meio de potenciar áreas desintegradas da malha urbana. Espaços obsoletos, vazios e abandonados de uma estrutura urbana também ela fragmentada e produto de intervenções diversas ao longo dos séculos são, neste trabalho, o principal objeto de estudo. As decisões e reflexões projetuais a executar nestes lugares intersticiais na freguesia de Marvila serão então charneiras para uma regeneração urbana, com a intuição de promover o interesse e conhecimento do todo.

A segunda etapa entra no domínio individual e por isso a atenção centra-se num ponto específico da proposta, primeiramente apresentada em grupo. Neste estágio do projeto as intervenções e decisões passam por uma abordagem mais arquitetónica e não tão urbana e extensiva como a anterior.

PROPOSTA INDIVIDUAL SEGUNDA FASE DO TRABALHO

A proposta individual que se sucede, procura desenvolver uma das partes do projeto urbano apresentado em grupo. Os percursos e atravessamentos urbanos serão o foco integrante do trabalho, articulados a novas propostas de edificado e espaço público. Dotados de novos usos e programas que são, hoje, urgentes para Marvila, a nova solução pretende servir os cidadãos que vivem no Poço do Bispo e os que possam vir a fazê-lo, com novos serviços e atividades que dinamizem as vivências e relações entre indivíduo-indivíduo e indivíduo-cidade. Como já foi referido anteriormente, Marvila alberga um grupo etário já relativamente envelhecido e, não obstante, de pensar e intervir para 'estas vidas' e as suas influências na cidade, deve-se refletir também na falta de programas e usos em Marvila que desmotiva população mais jovem a fixar-se e usufruir de uma cidade mais histórica e tradicional.

Com isto, e de uma forma sumária e pragmática, o trabalho propõe-se a devolver vida a Marvila através de um projeto que procurou completar-se com várias intervenções no edificado e espaço público. Desde reabilitação de edificado devoluto, à conceção de um novo espaço público e construções habitacionais, à multiplicidade de atravessamentos e percursos pedonais e à restituição da restauração e comércio de rua, este projeto teve, ao longo de todo o processo, uma constante preocupação sociocultural sobre a cidade, a sua vida e à forma como este se enquadra no seu ambiente e panorama urbano, atendendo às falhas e carências programáticas de Marvila.

A área de intervenção que mais se revelou, no desenvolvimento do trabalho, como maior oportunidade na revitalização e regeneração

urbana de Marvila, foi a zona que ocupa a área entre a linha do Norte e a rua do Açúcar, mais especificamente, dois quarteirões que se dividem pela rua Pereira Henriques. Tanto a localização como o 'conteúdo' destacavam-se, nestes quarteirões, pela sua dimensão e multiplicidade de momentos históricos e arquitetónicos. A respeito da localização, os quarteirões, situados numa das ruas mais antigas de Marvila, ou seja, mantendo o seu carácter bairrista e intimista, encontram-se, simultaneamente, perante uma das principais artérias de Lisboa, a cintura do Porto. O 'conteúdo', por outro lado, prende-se pelos elementos que compõem o quarteirão – o edificado que constitui o limite do mesmo, e o seu interior que é, neste caso, composto maioritariamente por áreas livres apropriadas pelos moradores que lhes são adjacentes.

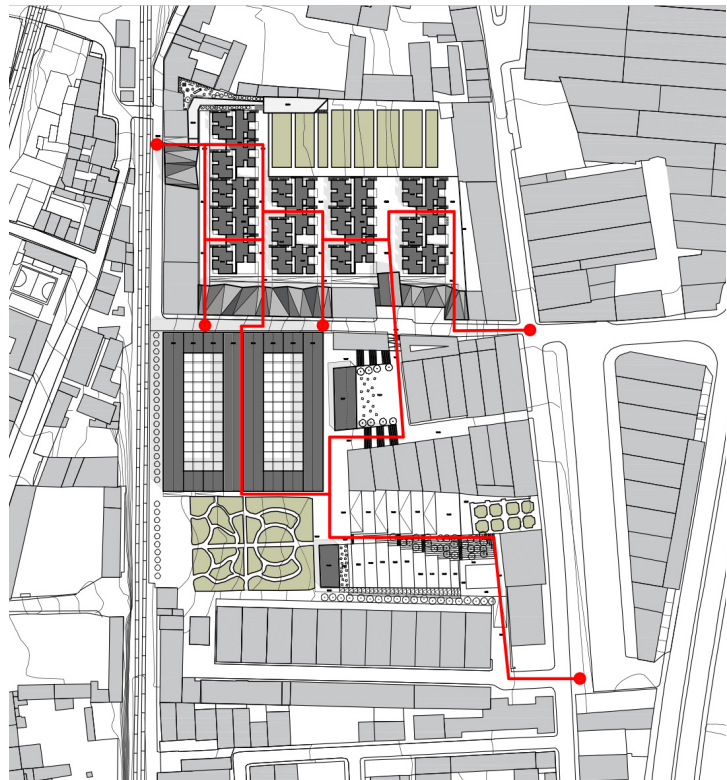


Figura 31 Planta do Local de intervenção Atravessamentos sugeridos com a nova proposta

Os quarteirões são contornados por alguns edifícios relevantes devido à sua história, património ou até mesmo pelo seu encanto estético e conceptual na arquitetura. Contudo, fazem também parte deste perímetro, edifícios que passarão por um processo de reabilitação ou até mesmo demolição se não reunirem qualquer característica com valor patrimonial.

Os interiores destes quarteirões caracterizam-se pela existência de grandes áreas verdes desaproveitadas ou apropriadas por atividades do quotidiano sem ordem ou organização. Somado a estes fatores, a topografia que se regista no interior destes quarteirões revela uma irregularidade prometedora na medida em que faz a ligação progressiva e regrada entre a cota mais alta e mais baixa do terreno, permitindo uma versatilidade na diferenciação de níveis de volume edificado e atravessamentos entre as ruas que circundam o quarteirão.

Com isto, e em função das necessidades e carências já referidas do local, pretender-se-á arquitetar um percurso contínuo que unirá os novos projetos desenvolvidos no interior dos dois quarteirões. Não só com o objetivo de fazer conhecer caminhos alternativos aos mais óbvios e comuns do dia-a-dia, estes percursos procuram oferecer momentos de entretenimento, interação e comunicação entre os moradores e visitantes através de espaços novos e diferentes que promovam a valorização da vida fora de casa. Procuram desenvolver um trajeto que tenha um sentido, um propósito para os seus caminhantes, que os leve a algum lado, mas de uma forma cativante e diferente do comum. Que una os diferentes pontos de interesse local e que atraia e suscite o interesse de pessoas exteriores a experienciar, ou até mesmo, a viver em Marvila. Toda estas intenções só seriam conseguidas segundo um espaço público e conjunto de edificado, que respondesse às necessidades dos indivíduos que circulariam por este. Neste sentido, foram então desenvolvidos vários projetos segundo os objetivos que se têm vindo a mencionar: um conjunto habitacional, um edifício polivalente com vários usos e atividades destinado ao público (áreas de trabalho, restauração, ginásio, biblioteca, arte e lazer), áreas verdes e ainda alguns pontos de restauração independentes.

CONJUNTO HABITACIONAL

O conjunto habitacional que se propõe neste trabalho será o objeto com maior enfoque a nível projetual, onde se aprofundam questões desde a sua implantação urbana e espaço público até à elaboração de cada habitação segundo os princípios da flexibilidade e adaptabilidade no espaço habitacional.

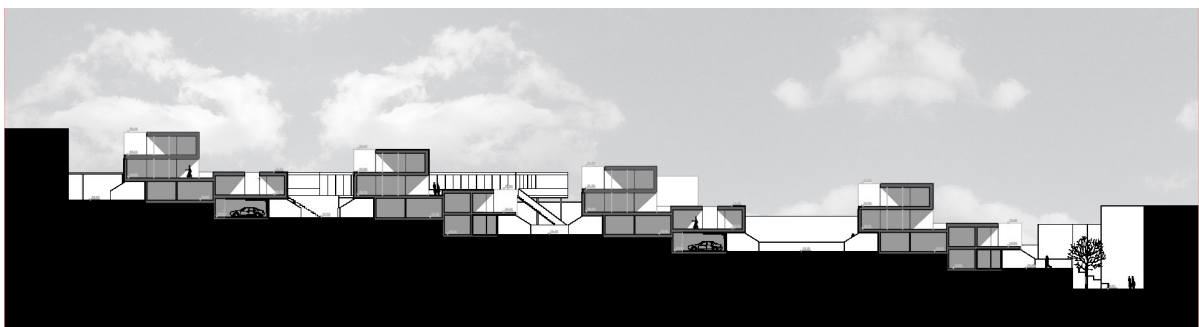
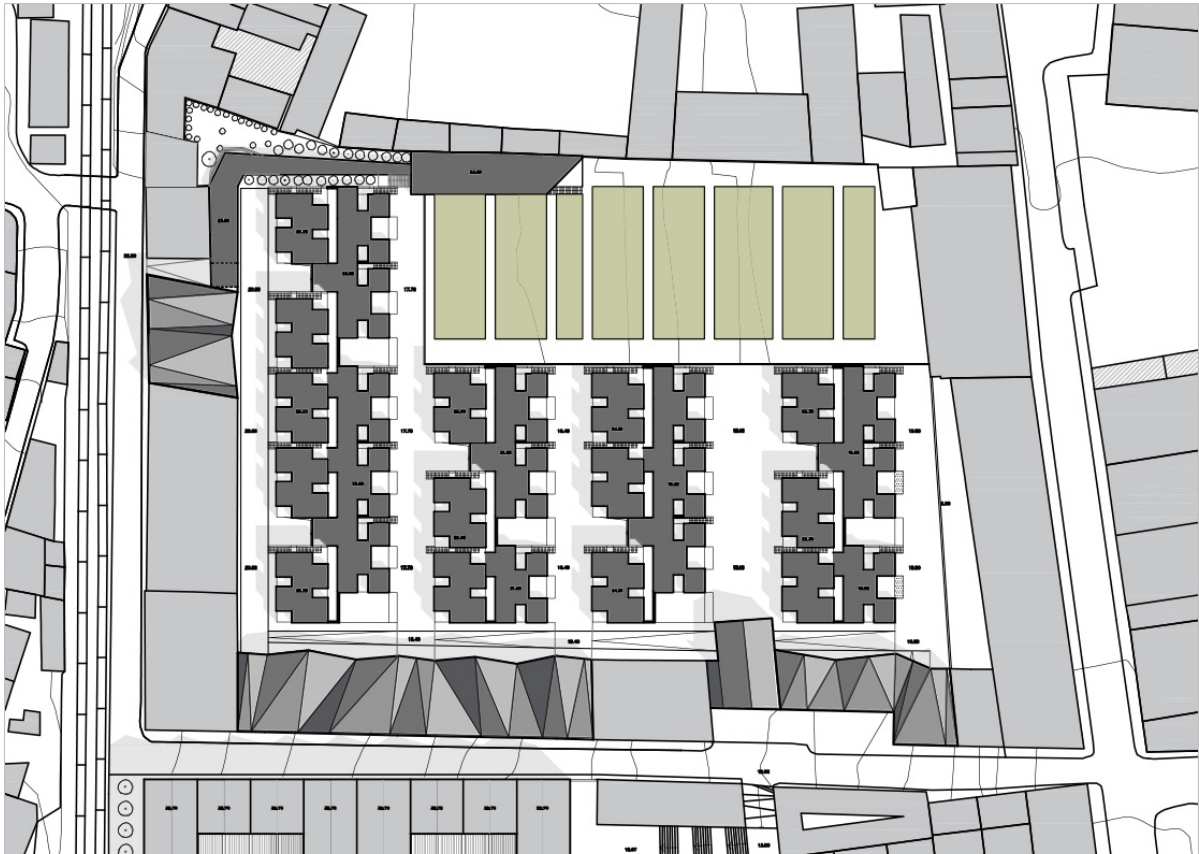


Figura 32 Planta e Corte transversal do Conjunto Habitacional

Conceito e Desenho

O complexo habitacional desenvolve-se no interior do quarteirão mais a norte e ocupa uma área de aproximadamente 10.000m². O terreno compõe-se por alguns obstáculos e características próprias, que lhe conferem identidade e singularidade, as quais não poderiam ser perdidas na conceção de uma nova proposta. Fatores como, estar envolvido por uma cintura edificada, ter uma topografia irregular (que vai desde a cota 20.00m até à cota 10.80m), e ainda albergar hortas urbanas com uma pegada urbana forte e singular, propulsionaram o projeto, na medida em que, estes fatores se converteram nas primeiras e principais linhas para a conceção do desenho final.

A disposição do conjunto habitacional no terreno recaiu em dois aspetos importantes: em primeiro lugar, por se encontrar no interior de um quarteirão, a distribuição do volume edificado pressupunha uma dispersão dos módulos habitacionais ao longo do terreno e que esta se desenvolvesse mais na horizontalidade do que na verticalidade, contrariando a sensação de limitação e enclausuramento que a envolvente propicia; em segundo lugar, por esta zona ser já densamente edificada devido ao seu historial, nomeadamente a sua passagem pela época da industrialização, a nova proposta deveria romper com este carácter industrial de Marvila e investir numa solução que privilegie uma natureza mais residencial e bairrista, aproximando-se de um equilíbrio no panorama urbano.

As unidades de habitação foram então pensadas para se desenvolverem na horizontalidade, acompanhando a morfologia do terreno. Como já foi mencionado anteriormente, o Poço do Bispo alberga muitos edifícios com cariz industrial, caracterizados pelas suas coberturas inclinadas, com estrutura em asna, e distribuição

ortogonal da estrutura em planta. A planificação de edifícios industriais acaba por marcar um ritmo de linhas paralelas na cobertura que é repetido, de uma forma ou de outra, em todos os edifícios deste tipo, em Marvila. Nesta conformidade, e alinhadas às hortas urbanas já pré-existentes no terreno em estudo, que estão de igual modo paralelamente dispostas, foram concebidas as principais matrizes de alinhamento das habitações.

Surgem então contínuos habitacionais compostos por duas linhas, que, paralelamente, se vão distribuindo, nível a nível, ao longo do terreno. As bandas contínuas de habitação assumem-se como elemento estruturante na definição da malha urbana, determinando o acesso pedonal e automóvel, que surge assim nos espaços intersticiais e permitem o acesso a cada habitação através da rua Pereira Henriques (Sul).

Refletiu-se ainda na questão de existir um atravessamento dentro do próprio parque, que fosse transversal a todas as bandas habitacionais e fizesse a ligação entre a rua Pereira Henriques (Poente) e as habitações da cota mais baixa. Produto do desalinhamento das habitações dentro destas bandas, nascem interstícios que permitem esta transversalidade. Dotado de escadas que vão permitindo o acesso a todos os níveis do percurso, o atravessamento, também ele desalinhado, permite ao usuário desfrutar de todo o complexo habitacional e vivenciar vários momentos arquitetónicos e paisagísticos concebidos intencionalmente para o caminhante explorar.

Metaforicamente, pode-se afirmar que as habitações, em corte, no alinhamento da rua Pereira Henriques (Sul) resultam como uma escada, a grande escala, que permite a articulação entre o projeto e a sua envolvente. Desde as ruas que contornam o quarteirão, aos edifícios que constituem o perímetro do mesmo, a 'escadaria habitacional' reativa e promove a interação socio-espacial da esfera

exterior e interior do quarteirão. Uma das condicionantes que surge na disposição de edificado em “escada”, ou seja, em níveis que, progressivamente, vão acompanhando a inclinação do terreno, é a visibilidade sobre a cobertura das habitações posteriores. Por essa razão, e pelas suas vantagens no desempenho térmico, acústico e por de facto ser uma solução ecológica, optou-se por dotar todas as habitações de coberturas ajardinadas. Esta solução acaba por contribuir, também, para a criação de espaços verdes tão escassos em Marvila e, ainda, serem uma extensão das hortas urbanas presentes neste terreno.

As hortas urbanas são, como já tinha mencionado, um dos pilares na implantação do projeto. Contudo, atualmente, são propriedade privada do edifício a que se agregam. Numa tentativa de promover uma união e sentido de comunidade total no interior deste quarteirão, projetou-se o edifício, que se destina a eventos e reuniões do complexo habitacional, junto ao terreno ocupado pelas hortas agrícolas. O edifício é implantado numa área livre do terreno, sem atividade agrícola, e surge com o intuito de ser acedido e partilhado pelas duas partes, pelos novos residentes do parque habitacional como também pelos proprietários das hortas urbanas. Este volume albergará várias componentes de serviço à comunidade de todo o recinto: uma sala polivalente designada para eventos e outras atividades, outra sala privada para o condomínio com destino a reuniões ou encontros mais privados ao exterior e, ainda, um armazém para arrumos, concedido, exclusivamente, ao responsável pelo terreno das hortas urbanas.

Neste sentido, e com o intuito de englobar, também, as hortas nesta nova proposta, propõe-se um realinhamento da disposição dos talhões agrícolas, constituindo uma regularização da sua configuração atual.

Afirma-se como um projeto programaticamente privado, por se tratar de um complexo habitacional, mas que por oferecer novos atravessamentos e atividades (como o edifício polivalente e ainda

um parque infantil na parte noroeste do terreno), concede-lhe um carisma público e revitaliza uma zona antes desconhecida da cidade. Apesar de tudo, e de forma a garantir alguma segurança e privacidade aos moradores deste conjunto habitacional, as entradas pedonais e automóveis podem ser vedadas.

Habitação Flexível e Adaptável

Avolumetria que se pretendeu para este projeto foi a coexistência entre volumes soltos e independentes, esculpidos segundo uma lógica de 'cheios e vazios', sujeitos a uma estrutura de acessos e percursos por todo o terreno. Procurou-se, com esta volumetria, provocar um certo ritmo na construção e divertimento no olhar do observador. Provocar também uma sensação de conforto quando o observador toma consciência da ordem e alinhamentos impostos sobre o desenho, para que esta manipulação de volumes e 'desorganização' resultem. Procurou-se ainda, responder às necessidades dos atuais e novos residentes de Marvila. Por fim, e aliado a estes objetivos, pretendeu-se que cada habitação melhorasse as condições de vida de cada indivíduo dentro e fora da mesma, que providenciasse segurança, proteção e identificação com o ambiente envolvente.

As habitações são distribuídas em bandas contínuas e agregam-se segundo uma ordem de linhas perpendiculares às últimas. Em grupos de três, as habitações dispõem-se segundo uma malha regular, apesar de, em alguns casos e de forma intencional, ser quebrada a regra através do desacerto de alguns módulos. A articulação entre estes modelos foi o que permitiu preservar a morfologia inicial do terreno e permitir o acesso aos vários pontos do projeto a partir das diferentes cotas da rua.

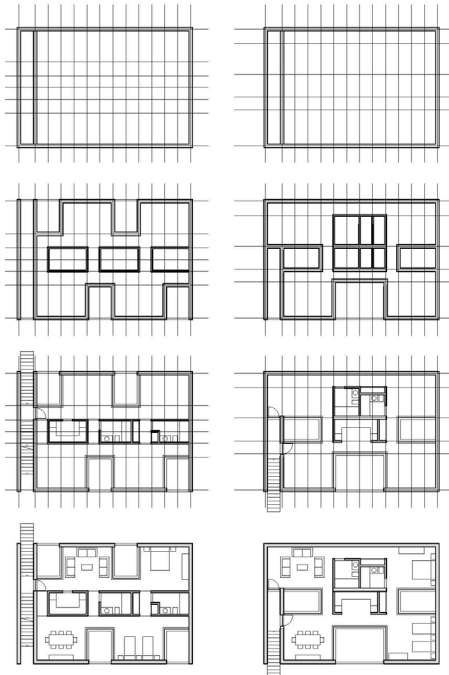


Figura 33 Processo projetual do espaço habitacional. Tipo A e Tipo B

O conceito aplicado no desenho das habitações, já abordado no capítulo 4, consiste na flexibilidade e adaptabilidade na disposição interior do espaço. Neste sentido, o projeto foi concebido de forma a permitir ao utilizador optar pela compartimentação que mais lhe convém. Acredita-se que a proposta pode contribuir para melhor albergar uma diversidade sociocultural dentro de um mesmo projecto e que, através de algumas alterações espaciais ou funcionais, a habitação consiga acompanhar as mutações de cada agregado familiar. Contudo, após um estudo intensivo sobre esta componente projetual, cada vez mais adotada pelos arquitetos, percebeu-se que deve existir um equilíbrio entre a descomposição total do espaço e a rígida compartimentação do mesmo. Como Alexander Klein defende no seu livro *Vivienda Mínima*, deve haver uma liberdade no pensamento sobre a habitação e esta 'liberdade' deve permitir que a casa acompanhe a evolução natural da vida moderna "sem prejudicar ou ignorar as funções de uma habitação"¹ (Klein, 1980, p.177). Para tal, "tem de haver uma ordem antes que esta seja rompida"² (Norberg-Schulz, 2005, p.219). Com base neste pensamento, a habitação que se propõe, organiza-se segundo uma malha ortogonal que divide uma área de 10mx15m, em secções paralelas e rege-se segundo os princípios de uma planta livre.

Um dos primeiros objetivos estabelecidos desde o primeiro momento de conceção do projeto, era o uso mínimo de paredes fixas e opacas para a compartimentação do espaço. Esta opção projetual permite uma maior amplitude espacial, evitando a sensação de áreas estreitas e fechadas. Por conseguinte, desenvolveu-se a ideia de recorrer a pátios/varandas, geradores de uma nova dinâmica, como solução e resposta a todas as problemáticas que este tipo de habitação levantava. Dentro da mesma malha ortogonal (concebida como estrutura de organização espacial da habitação em planta), definiram-se 4 pátios nas duas habitações do nível superior e 3

1 Tradução livre da autora
2 Tradução livre da autora

pátios na habitação do nível inferior, que permitem a permeabilidade do espaço, mas que, ao mesmo tempo, o subdividem de uma forma leve, mínima e indireta. A entrada de luz na habitação é equilibrada e garantida, na medida em que os únicos vãos da fachada são as três paredes que compõem os pátios. Estes pátios, por serem, metaforicamente falando, umas 'dentadas' no paralelepípedo da habitação (enquanto vazios no volume da habitação), tornam-se varandas, na medida em que podem ser acedidos, permitindo o contacto da habitação com o exterior e sem perderem a sua privacidade.

“Há sobretudo um precioso ingrediente do passado que está em risco de se extinguir rapidamente: a privacidade”³ (Alexander, 1973, p. 33). A privacidade foi das condicionantes a que se deu mais atenção neste projeto. Apesar do espaço habitacional estar, constantemente, a alterar-se por processos de metamorfoses com novas propostas e formas de habitar, a privacidade ao mundo exterior é uma necessidade básica que um utente deve conseguir na sua habitação. A casa tem sido alvo da ‘cultura de massas’ presente na sociedade de hoje, desvalorizando a privacidade e identidade que uma habitação deve ter. Sendo um lugar de “recolhimento, independência, solidão, quietude, contemplação e concentração”⁴ (Alexander, 1973. p. 33), segundo Alexander “apenas restaurando a oportunidade de conseguir as experiências pessoais procuradas pela privacidade se poderá devolver saúde e bem-estar a este mundo de ‘cultura de massas’”⁵ (Alexander, 1973. p. 34). É a privacidade que permite restabelecer as energias e dar liberdade para sermos nós próprios, autorizando-nos a viver o nosso mundo.

O que difere, espacialmente, as habitações do nível superior, da habitação do nível inferior, é a malha ortogonal onde os pátios e

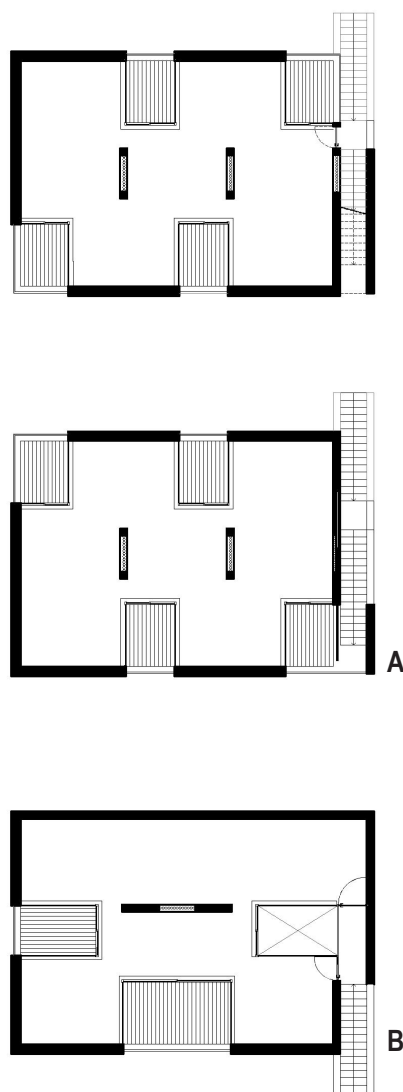


Figura 34 Planta da base estrutural Habitação tipo A e tipo B

3 Tradução livre da autora
4 Tradução livre da autora
5 Tradução livre da autora

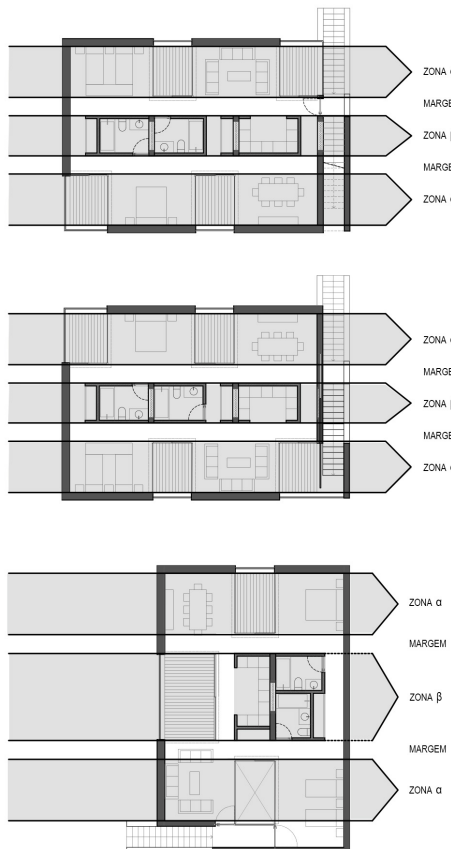


Figura 35 Habitação Tipo A e Tipo B segundo o esquema de Zonas e Margens de J. Habraken

a estrutura se inserem. Todas as habitações partem do mesmo conceito de flexibilidade e adaptabilidade na habitação, mas por estarem em níveis diferentes, foi exigida uma alteração na disposição dos vazios em planta da habitação de baixo. Assim, e porque no nível superior, as habitações têm alguma visibilidade sobre a habitação inferior, a privacidade é garantida em todos as unidades.

Após estudar o trabalho de alguns arquitetos que expõem as suas ideias sobre a arquitetura flexível, e outros que aplicaram estes conceitos em projetos habitacionais, foi o arquiteto John Habraken que se revelou, para o presente trabalho, como o exemplo a seguir na conceção de uma habitação flexível e adaptável. Como já foi mencionado no capítulo 4, no seu livro *El diseño de soportes*, Habraken demonstra, de uma forma clara e sucinta, as diferentes fases que orientam o desenho de uma estrutura de suportes para atingir qualquer casa flexível e adaptável. Numa primeira fase, deve ser desenvolvida uma estrutura, onde é definido o que é um suporte e o que são as unidades separáveis. Um suporte corresponde à estrutura fixa da habitação, aquela que alberga as infraestruturas e será o 'suporte' para as unidades separáveis. As unidades separáveis, por sua vez, são os elementos que podem ser movidos da estrutura, normalmente reconhecidas como paredes ou painéis fáceis de deslocar ou remover do espaço. Na segunda fase, surgem as "zonas" e as "margens", que orientarão a organização espacial da habitação por áreas específicas: áreas onde as várias atividades se inserem (zonas) articuladas com as áreas destinadas à circulação (margens).

Tomando esta investigação como exemplo, foram concebidas 2 paredes estruturais e infraestruturais no interior da habitação tipologia A e uma parede estrutural na habitação tipologia B, que irão facilitar uma multiplicidade de compartimentações interiores dentro da mesma área.

Apesar de existir uma grande versatilidade na organização espacial destas habitações, a distribuição de espaços será orientada pelos mesmos princípios das “zonas e margens” de Habraken e bandas “servidoras” e “servidas” de Paricio. As bandas servidoras, ocupam a zona mais ‘desfavorecida’ da habitação e acolhe as áreas húmidas (instalações sanitárias e cozinha) que requerem a agregação a uma *courrette*. As segundas, abrangem todas as outras áreas que são servidas pela banda servidora, como quartos, salas e escritórios, que se localizarão nas áreas privilegiadas da habitação – perto da fachada onde terão o maior aproveitamento de luz, acesso e visibilidade exterior (Paricio, 1998, p.32). As unidades separáveis serão, portanto, responsáveis pela compartimentação da banda servidora e, em algumas exceções, as bandas servidas.

A fachada interpreta também, a questão da flexibilidade pela sua simplicidade e uniformidade. A intenção de conseguir uma fachada que não transparecesse a vivência interior, tornou-se elemento conceptual da volumetria final do projeto. Na vontade de aproveitar o vazio que os pátios deixam na fachada, realçando-os como solução de toda a proposta, gera-se uma dinâmica constante de cheios e vazios que se repete ao longo de toda a frente construída. Produto desta sistematização, não são manifestados, para o exterior, quaisquer sinais, que exponham o tipo de vivência no interior de cada habitação. Por essa razão, a flexibilidade, na atribuição de usos no seu interior, não é condicionada nem prejudicada pela fachada.

As habitações são sobrelevadas do solo um piso, cedendo o piso térreo para arrumos e estacionamento automóvel. Este piso é fechado e recuado com a intenção de: em primeiro lugar, libertar espaço na via pública e proporcionar um lugar de sombra; e em segundo lugar, realçar a ideia de que as habitações estão suspensas. A exceção que se encontra na apropriação do espaço do piso térreo toma lugar na habitação inferior, onde, para além de ter uma área destinada a



Figura 36 Planta de duas habitações do grupo de três habitações
Corte transversal do grupo de habitações

parqueamento e arrumos, permite ainda ter uma área livre que pode ser apropriada, por exemplo para um atelier, um pequeno estúdio, ou apenas uma ampliação do espaço de arrumos. Em alguns casos pontuais, parte desta área deixa de existir e torna-se exterior para possibilitar atravessamentos pedonais ao longo do terreno.

O acesso às habitações é feito transversalmente sob a forma de uma 'escada de tiro'. Cada grupo de 3 habitações inclui duas escadas, em que a primeira serve as duas habitações do nível superior e a outra é privada e dá acesso à habitação do nível inferior.

O projeto que se propõe vem responder a uma série de questões que se tornam, cada vez mais, incontornáveis, hoje em dia. O novo residente exige agora uma habitação que o satisfaça a todos os níveis. Questões financeiras, económicas, sociais e até mesmo questões de estética, são agora problemáticas que o arquiteto deve saber equacionar numa só resposta.

O projeto procura, da melhor forma possível, atender a todas estas temáticas num objeto habitacional. A proposta foi concebida de forma a que o residente possa determinar a compartimentação e distribuição de espaços da sua residência. Deste modo, a habitação procura satisfazer as necessidades de cada agregado familiar, permitindo a conceção e apropriação do espaço na sua exata medida.

Materialidade

A selecção cromática que se procurou para o espaço exterior deste projeto habitacional foi uma paleta de cores claras, no sentido de aludir, ao olhar do observador, uma sensação de desafogo, luz e abertura. Por se localizar no interior de um quarteirão, é-nos logo remetida a ideia, que vamos entrar num lugar apagado pelas sombras dos edifícios que o limitam. As diferentes materialidades foram escolhidas com o intuito de contrariar esta assunção e surpreender o espectador quando este se depara com a claridade e exposição solar não esperadas.

O material predominante é então, a pedra lioz que se ocupará de cobrir todos os trajetos pedonais e automóveis do complexo. O uso da pedra lioz é já uma assinatura de Lisboa e a sua resistência, cor e durabilidade só vêm a dar mais sentido ao seu uso neste projeto.

Em relação às habitações, o betão é o elemento principal na escolha do material, tanto na sua estrutura como no revestimento. Para o exterior, pretendeu-se estabelecer um contraste com a materialidade do espaço público, mas preservar a sua essência refletora e por isso optou-se por usar um betão branco aparente moldado e texturizado por uma cofragem de madeira. A textura que se pretende conseguir no betão da fachada é, de certa forma, complexa, pois parte de um jogo de peças de madeira muito estreitas que serão 'alinhadamente desconcertadas', e que constituiriam os painéis de cofragem da betonagem.

Tanto os caixilhos como as guardas são metálicos, com um tratamento de pintura preta para contrastar com a cor do betão no exterior. O vidro está à face dos caixilhos, para enfatizar uma uniformidade de material no 'preenchimento' dos vãos. As escadas de acesso às habitações serão revestidas a chapa de cobre oxidado.

O piso térreo é revestido a painéis metálicos com as mesmas características que o utilizado no revestimento das escadas de acesso às habitações, com a exceção de serem painéis perfurados que permitem a visibilidade do interior para exterior, evitando o efeito contrário.

Na esfera interior da habitação, há uma intenção de realçar o que é estrutura/suporte do que serão intervenções futuras, ou seja, procura-se obter um contraste entre o que é construção de raiz e o que são unidades separáveis. Para tal, todas as paredes interiores referentes à estrutura e à fachada serão em betão branco sem qualquer textura. O pavimento interior é revestido a betão polido com inertes de pequena dimensão, enquanto que nos pátios se aplicará um deck de madeira maciça. A escolha do pavimento interior foi condicionada pela opção projetual que se tomou desde sempre, oferecer versatilidade e facilidade na mutabilidade de espaços. Deste modo, o material que revestiria o pavimento teria que ser versátil e resistente em qualquer parte da habitação, especialmente na área destinada à banda servidora.

Todos as paredes que serão colocadas posteriormente à estrutura de raiz, serão de alvenaria e a escolha do seu revestimento cabe ao futuro residente da habitação. Na proposta de habitação que se apresenta como modelo, as paredes são revestidas a reboco e nos locais mais expostos à humidade (como as instalações sanitárias e uma ou outra parede da cozinha) sugere-se um revestimento a pedra mármore Estremoz.

EDIFÍCIOS DESTINADOS À HABITAÇÃO E COMÉRCIO DE RUA

Ainda inserido no mesmo quarteirão que o parque habitacional, foi desenvolvida uma nova solução arquitetónica para os edifícios que estão desintegrados ou abandonados no perímetro do mesmo. As opções projetuais tomadas neste edifício inspiraram-se no comércio de rua ainda presente em alguns momentos na parte mais antiga de Marvila. Com a intenção de trazer de volta um pouco desta vivência bairrista ao Poço do Bispo, alguns dos edifícios que se encontravam devolutos ou sem qualquer valor patrimonial foram demolidos e substituídos por um conjunto de edifício que ressuscita estes fragmentos do tecido urbano com atividades comerciais e habitação. A nova solução é também responsável pela transição entre a via pública e o interior de quarteirão mais reservado, na medida em que o edifício sugere, ao longo da sua continuidade, vários atravessamentos, tanto exteriores como interiores.

Resultante da demolição dos edifícios obsoletos, surgiram espaços intersticiais entre os edifícios que se preservaram e conservaram deste perímetro, caracterizados por uma arquitetura tradicional e de baixa densidade. Estes edifícios pediam por uma intervenção que tornasse este contorno uma linha contínua e cativante para o espectador que passasse pela rua Pereira Henriques. Projetou-se uma arquitetura um tanto oposta e diferente à arquitetura presente nos edifícios remanescentes. Esta ideia relaciona-se com a intenção de demarcar, na forma mais direta, a diferença entre o que o novo e o pré-existente. Nasce assim um objeto abstrato, que se desenvolve como uma 'massa facetada' revestida por painéis metálicos perfurados, que faz de aglutinador entre os edifícios confinantes. Acaba por poder parecer uma opção controversa e imprevisível ao que se pensaria propor numa primeira abordagem em Marvila, mas que, ao mesmo tempo, consegue despertar o interesse e respeito pelo pré-existente através do contraste volumétrico e arquitetónico entre os diferentes elementos.

Os usos atribuídos aos espaços constituintes desta 'massa facetada', seguem a estrutura tradicional do comércio antigo de rua: comércio no piso térreo e habitação no piso superior. A área para comércio é acedida unicamente pela rua Pereira Henriques e interrompe-se em vários momentos pelos atravessamentos que dão acesso ao interior do quarteirão.

A tipologia de habitação proposta para este edifício, procurou seguir uma linha diferente, da proposta no complexo habitacional, anteriormente elucidado. Para tal, definiram-se blocos servidores, compostos por uma cozinha e instalação sanitária no piso de acesso à habitação. Na parte superior, propõe-se uma *mezanine*, onde se pretende oferecer refúgio a uma zona mais íntima e privada, da área social no nível inferior. A restante área é livre e deixada em aberto para o utilizador se apropriar como *l'he convier*.

A intervenção na cintura exterior do quarteirão procura completar e enriquecer o projeto habitacional, na medida em que esta solução, através das suas opções arquitetónicas, cativa a atenção do espectador sobre a esfera interior do quarteirão.

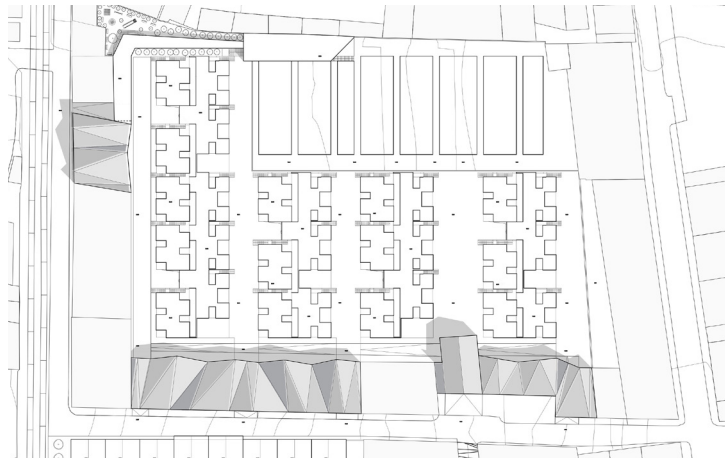


Figura 37 Planta de Coberturas dos Edifícios destinados à habitação e comércio

REABILITAÇÃO DO ARMAZÉM

Do outro lado da rua, deparamo-nos com um volume de edificado, de dimensões alargadas, que, apesar de não ter um grande impacto na perspetiva de quem passa pela rua Pereira Henriques, é uma cicatriz na malha urbana no Poço do Bispo. Por isso, e sempre com vista à unificação desta parte de Marvila, propôs-se a reabilitação deste conjunto de edificado.

Inicialmente construído em 1941 pela sociedade Vila Pereira Lda. como armazém de mercadorias, foi posteriormente vendido à Sociedade de Aglomerados de Carvão Lda. que, incorporou, numa das partes do armazém, uma fábrica de briquetes. Atualmente, é parcialmente ocupado por um centro criativo de *co-working*, destinado a providenciar espaços e serviços a pessoas que estejam na área das artes (cinema, fotografia, design, arte e música).

Na vertente conceptual deste centro criativo, sugere-se uma nova intervenção que ocupe a totalidade do edifício e albergue vários usos de serviço ao público. Com uma área de quase 7000m² e 14m de altura, idealiza-se um edifício que providencie um microcosmo dentro de um macrocosmo que é a cidade, e que sirva várias faixas etárias nas suas diferentes vontades e necessidades. A reabilitação do edifício passa pelo aproveitamento da sua cobertura e estrutura em betão, que acabam por ser as características principais que o definem. Com uma malha estrutural definida por pilares em betão, distribuídos ortogonalmente de 10m em 10m, a estrutura suporta uma cobertura em asnas de madeira que distam 5m entre si.

A volumetria da nova solução para o armazém consiste em recriar o conceito de 'caixa' e por isso a materialidade na fachada será fulcral na concretização desta ideia. Optou-se por dividir a fachada em duas partes: a primeira é responsável pelo embasamento do

edifício e por isso será materializada com betão aparente até ao primeiro nível, texturizado por uma cofragem 'drapeada' (figura 38); a segunda, abrange os últimos dois pisos do edifício e será revestida com ripado de madeira na vertical. A ideia, com o ripado de madeira, é envolver o edifício com uma pele homogénea sem que esta revele, numa primeira observação, onde se abrem os vãos na fachada.

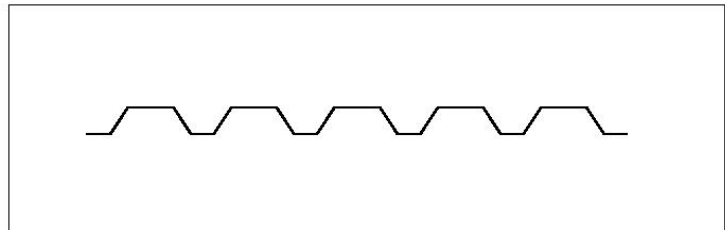


Figura 38 Planta do “drapeado” do betão aparente no revestimento do embasamento do armazém

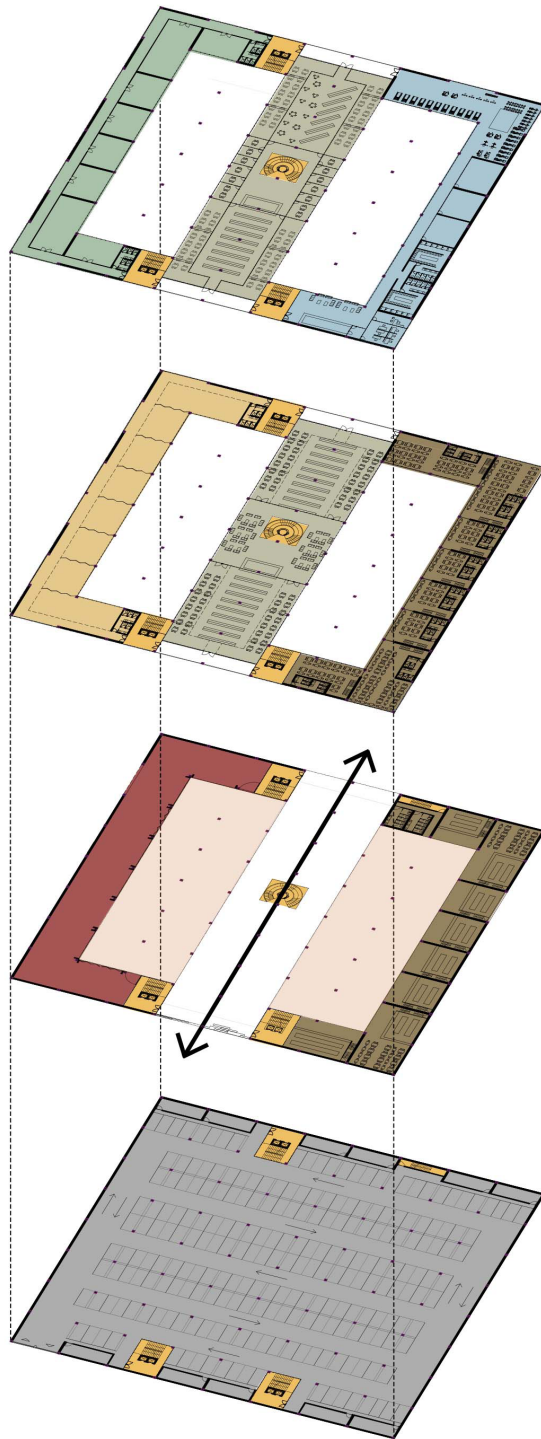
A iluminação desta ‘caixa’ é resolvida com dois poços de luz abertos, que atravessam o núcleo do volume. Todas as atividades do edifício viram-se e funcionam à volta destes poços de luz, que pretendem conferir a sensação oposta da que é transmitida pelo enclausuramento exterior; isto é, a ideia de “caixa” fechada e impenetrável que é dada pelo exterior, é destruída quando se entra para o edifício e se confronta com uma espacialidade e luminosidade natural pouco usual neste tipo de edificado. A entrada da luz é controlada por umas lâminas metálicas de ensombramento, aplicadas nas asnas de madeira e reguladas mecanicamente pelos responsáveis do recinto.

O complexo é acedido, pedonalmente, pelo piso térreo à cota 18.60m. A largura (20m) e o alinhamento das duas entradas do edifício nascem com o propósito de continuar o atravessamento iniciado no conjunto habitacional. O recinto é, então, um núcleo onde acontecem várias atividades, mas também uma das entradas que permite o acesso aos espaços que se desenrolam, mais à frente, no interior do quarteirão.

A conceção do espaço no interior do edifício segue a vertente de sugerir a ideia de espacialidade, referida há pouco. Assim, o piso térreo é, na sua maior parte, uma área livre e destina-se a atividades como exposição de artes, instalações artísticas, espaço de lazer, comunidade e ainda restauração. A dinâmica que se pretende conseguir neste piso, foi inspirado na reabilitação de uma fábrica em São Paulo, no Brasil, pela arquiteta Lina Bo Bardi. Conhecido por SESC Pompeia (1977), a arquiteta desenha, numa das alas do edifício, um espaço livre que é vivido de variadas formas ao longo do ano. Desde exposições de arte, salas recreativas, áreas de estudo, leitura e lazer, atividades infantis, oficinas e laboratórios, o edifício oferece condições de espaço, luz e acessibilidade que possibilitam a articulação e manipulação destas áreas numa só única sala.

Aliado a este conceito, soma-se ainda a área de restauração que pretende atribuir a mesma vivacidade conseguida com as novas intervenções realizadas no Mercado da Ribeira e Campo de Ourique, onde se devolve o conceito de mercado tradicional num espaço único partilhado e servido por vários tipos de comércio.

Com vista às carências programáticas de Marvila, nomeadamente serviços destinados a população mais jovem, o restante edifício é ocupado por usos como biblioteca, ginásio, zonas privadas para estudo e trabalho e ainda um estacionamento público que equivale a toda a área do edifício no piso -1. Acedido à cota 15.00m, o estacionamento serve toda a cidade, como resposta à falta de um estacionamento automóvel pensado e organizado. Na providência de um edifício que alberga áreas de trabalho como o *co-working* e escritórios privados e independentes, a fixação de novas empresas na localidade de Marvila, cria a necessidade de realojar pessoas que pretendam viver perto do trabalho. É nesta vertente, e não só, que todo o exercício aqui proposto segue uma linha condutora, tanto espacial como social, na reativação e unificação de Marvila.



- Escritórios
 - Ginásio
 - Biblioteca
 - Área destinada a co-working
 - Restauração
 - Área polivalente destinada a arte e lazer
 - Área livre destinada à restauração, lazer e actividades
 - Estacionamento
 - Poços de acessos
- Acesso pedonal / Atravessamento

Figura 39 Axonometria explicativa da distribuição de usos no Armazém

ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Ainda nesta linha condutora, e de certa forma rematando o projeto, foi delineado um espaço público onde se assume a reestruturação de um jardim pré-existente e se potencia a ligação entre esse mesmo jardim e a rua do Açúcar, passando pela integração do edifício e respetivo jardim do Palácio da Mitra. A proposta aqui apresentada, localiza-se ainda no mesmo quarteirão que o projeto anterior, mas surge no segundo e último vazio deste quarteirão. Na verdade, esta intervenção é o final do atravessamento que temos vindo a desenvolver e a 'relatar' desde a descrição do conjunto habitacional. É aqui que se apresenta um tratamento de espaço público e se oferecem novos elementos paisagísticos e ecológicos no aproveitamento de vazios permeáveis da malha urbana do Poço do Bispo.

O desafio passou por vencer as diferentes cotas e distintas inclinações que ocupavam parte da área de intervenção. Atualmente, a solução passa pela concretização de uma rampa estreita que faz a ligação entre a cota 18.60 (jardim público) com a cota 8.00m (rua do Açúcar), dividindo para cada um dos seus lados, inclinações diferentes.

Pretende-se, neste projeto, respeitar e até enaltecer a conexão entre as diferentes cotas, mas sem perder o sentido de globalidade neste quarteirão. A resposta para a articulação entre as diferentes cotas e topografias deste local, partiu da modelação territorial através de percursos e plataformas que propiciam momentos de estar e lazer. Uma vez que a escassez de espaços verdes e públicos em Marvila são um dos objetivos a combater nesta proposta de revitalização urbana, aqui promovem-se três diferentes formas de espaços públicos que procuram mitigar algumas das carências da cidade.

A intervenção engloba, numa das suas partes, um conjunto de espelhos de água em socalcos que desaguam numa superfície

plana animada por repuxos de água. O conceito da implementação destes espelhos de água, partiu da necessidade de, mais uma vez, dar vida a este quarteirão e resolver a inclinação mais acentuada do terreno. O facto de a área de intervenção estar limitada pelo perímetro edificado que compõe o quarteirão, exige uma proposta que suscite sensações contrárias às transmitidas pela densificação urbana, como o enclausuramento, confinamento e massificação. Assim, a presença de um elemento tão natural como a água, procura brindar, tanto a cidade como os seus habitantes, com um momento de desafogo, sossego e até mesmo de purificação do ar.

Na sequência do ambiente descrito, seguem outros níveis dispostos perpendicularmente, que construirão a escadaria pública. Composta por blocos com 50cm de altura e largura, providenciam momentos de estar, ao mesmo tempo que permitem a conexão entre o armazém e a rua do açúcar. A escadaria revestida a lioz, é valorizada com elementos arbóreos, providenciando momentos de sombra.

Onde a inclinação é mais suave (no seguimento do jardim do Palácio da Mitra), a área divide-se em oito partes e compõe-se por rampas verdes e plataformas planas em deck, alternadas entre si. Esta área é também uma zona de estar e lazer com vista para o jardim do Palácio da Mitra e as cotas das várias plataformas estão, elas também, articuladas com a escadaria pública. Toda a intervenção caracteriza-se quase como uma manta 'prismada', que apazigua todo o terreno irregular que ocupa este interior de quarteirão.

É responsabilidade destes espaços públicos, garantir a sustentabilidade e qualidade urbana onde decorrem várias atividades e serviços para a comunidade. A articulação e distribuição entre os diferentes espaços públicos devem permanecer como uma estrutura contínua que invade e potencia os vários fragmentos da cidade e os seus nós de acesso. É neste sentido que as várias intervenções realizadas no interior dos quarteirões – conjunto habitacional, armazém polivalente e restauração – tornam-se numa unidade estruturada pela corrente do espaço público.

CONCLUSÃO FINAL

Ao longo das últimas décadas, a zona de Marvila tem vindo a sofrer um abandono por parte das indústrias e da própria população que não encontra serviços, equipamentos públicos, bens de consumo, ou seja, infraestruturas, que promovam uma melhor qualidade de vida. O crescente abandono que se tem verificado, tem gerado inúmeras sequelas visíveis em toda a malha urbana, caracterizadas por uma segregação social e espacial, uma degradação no património e ainda inúmeras áreas obsoletas e desintegradas do panorama urbano, que a tornam numa zona decadente, desativada e desadaptada à atualidade.

Localizada na proximidade do rio Tejo e face à sua situação periférica, relativamente à Baixa Pombalina e ao Parque Expo, Marvila surge, no entanto, como uma zona urbana pobre e obsoleta nos seus valores como cidade. Recentemente, tem-se assistido à elaboração de diversos planos urbanísticos com vista à sua reintegração na frente ribeirinha oriental. Alguns dos planos referidos assumem como prioridade a quebra da barreira existente entre a cidade industrial e o rio Tejo, com propostas geradoras de transversalidades no sentido de atenuar este efeito. Contudo, estes planos nem sempre são concretizados ou com vista às necessidades reais. Acreditamos que

ações como a regeneração e revitalização urbana, são ferramentas essenciais para introduzir melhorias na qualidade de vida dos seus habitantes, através de novas propostas e intervenções no edificado, delineados segundo um conjunto de ações e decisões conscientes e refletidas sobre a área de intervenção.

A introdução de usos e atividades outrora inexistentes, geram por si só uma nova dinâmica, que em articulação com espaços públicos, unificam os nós de acesso e promovem a consolidação de valores sociais, económicos e culturais. As novas intervenções adquirem valor e significado no momento em que são acolhidas pela população local, sobretudo se oferecerem serviços e atividades úteis. Devem ser áreas que potenciam a competitividade, gerando significativas melhorias na qualidade de oferta.

A proposta procura reativar a freguesia de Marvila, a partir da implementação de novas infraestruturas em zonas desativadas e obsoletas, sem descurar o pré-existente e carácter histórico e patrimonial do território. Não obstante o seu carácter disfuncional, constituem fragmentos do tecido urbano. Uma intervenção adequada torna-se, assim, crucial na procura da estruturação de um centro urbano atrativo, capaz de dinamizar e promover o desenvolvimento a partir do seu interior. Ao longo de todo o processo, as necessidades, carências e interação dos residentes de Marvila, foram matriz na definição do programa do projeto. Contudo, a necessidade de atrair um público mais jovem, tornou-se fundamental no rejuvenescimento e diversidade social da população residente. A proposta procura atrair e fixar novos residentes, propondo um novo conceito de habitação adaptado e desenhado segundo as novas realidades dos agregados familiares e, através de um conjunto de espaços e equipamentos públicos, gerar uma nova dinâmica social, económica, cultural e ambiental na freguesia de Marvila.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS E TESES

A.A.V.V. II Colóquio Temático, *Lisboa – Lisboa Ribeirinha: actas das sessões*. Lisboa Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural/Divisão de Arquivos, 1997.

ABREU, Rita, *Estratégias de flexibilidade na habitação colectiva: o caso Holandês*. Tese de Mestrado, Instituto Superior técnico, 2005.

ALEXANDER, Christopher, *A Pattern Language, Towns, Buildings, Construction*, Nova Iorque, Oxford University Press Inc, 1977.

ALEXANDER, Christopher; CHERMAYEFF, Serge, *Comunidad y privacidad – hacia una nueva arquitectura humanista*, Buenos Aires, Editorial Nueva Visión, 1973.

BRANDÃO, Pedro; RESEMAR, Antoni, *Design Urbano Inclusivo: Uma experiência de projecto em Marvila “Fragmentos e Nexos”*, Lisboa, Centro Português de Design, 2004.

CAMÕES, Luís Vaz de, *Os Lusíadas*, Lisboa, Rei dos Livros, 2002.

CAMÕES, Luís Vaz de, *Sonetos*, prefácio, seleção, notas e bibliografia do professor João de Almeida Lucas. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942. (Clássicos Portugueses – trechos escolhidos)

Carta de Lisboa sobre Reabilitação Urbana Integrada, Lisboa, 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 1995.

CHING, Francis, *Forma Espaço y Ordem*, Barcelona, Gustavo Gilli, 1998.

COSTA, Francisco Tiago Almeida da, *Requalificação dos Interiores de Quarteirão do Porto*, Relatório de Estágio de Mestrado em arquitetura paisagística, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2014.

DELGADO, Ralph, *O Lugar de Marvila e a Quinta da Mitra*, Lisboa, Olisipo, Boletim do Grupo Amigos de Lisboa, n.º 103, 1963.

DGOTDU, *Sistema Urbano Nacional – Rede Complementar*, DGOTDU e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002. αβ

DURÃES, Maria Francisca D., *Habitação para todos – processo (d) e desenho, repetição e identidade*, Dissertação de mestrado em arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, 2015.

FERREIRA, Vítor Matias, *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Bizâncio, 1997.

GIEDON, Sigfried, *Befreites Wohnen*, Zurique e Leipzig, Orell Fussli

Verlag, 1929.

GROÁK, Steven, *The Idea of Building: thought and action in the design and production of buildings*, Londres: E & FN Spon, 1994.

HABRAKEN, N. John, *El diseño de soportes*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1979.

HERTZBERGER, Herman, *Lessons for students in Architecture*, Roterdão, 010 Publishers, Rotterdam, 1991.

KLEIN, Alexander, *Vivienda Minima: 1906-1957*, Espanha, Editorial Gustavo Gili, 1980.

KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce, *S, M, L, XL*, Estados Unidos da América, Monacelli Press, 1995.

LAMAS, José M. R. G. - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LE CORBUSIER, *Por uma Arquitectura*, São Paulo, Editora Perspectiva, São Paulo, 1981.

LÉGER, Jean-Michel, *Modos de Habitar e Arquitectura: as respostas francesas*. Cidades - Comunidades e Territórios, nº3, 2001.

MENDES, Luís, *A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo*, in urbe. Revista Brasileira de Gestão, v. 5, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 2013.

MONTEYS, Xavier, FUERTES, Pere, *Casa Collage: Un ensayo*

sobre la arquitectura de la casa, Gustavo Gili S.A., 2001.

MORGADO, Carla Sofia A. P., *Protagonismo de la ausencia. Interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado*, Tese de doutoramento em Urbanismo, Escuela técnica superior de arquitectura de Barcelona, Universidad politécnica de cataluna, 2005.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João, *Parte do Relatório Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional*, QREN, 2005.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Los principios de la arquitectura moderna: sobre la nueva tración del siglo XX*, Barcelona, Reverté, 2005.

OLIVEIRA, Ana, *Frente Ribeirinha de Lisboa: Regeneração Urbana - Nova maneira de pensar e fazer Cidade*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

PARICIO, Ignacio, SUST, Xavier, *La vivienda contemporánea, Programa y tecnología*, ItC, Institut de Tecnologia de Construcción de Catalunya, 1998.

PEREIRA, Helder, *O Papel dos Pequenos Aglomerados Rurais nas Estratégias de Sustentabilidade no Alto Alentejo – Os casos de Maranhão e Covões no Concelho de Avis*, Tese de mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

PEREIRA, Maria João, *A flexibilidade na habitação: Realidade ou utopia? A propósito do Parque Urbano do Rio Seco*, Tese de

mestrado em arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 2015.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RAMOS, Ana Rita A., *A integração de espaços de cultivo agrícola em contextos urbanos – Proposta de intervenção para a requalificação urbana do vale de chelas (lisboa)*, Dissertação de mestrado em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

SALGUEIRO, Teresa B., Lisboa, *Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

SERGISON, Jonathan, BATES, Stephen, *Una arquitectura de tolerância*, Revista A+T, n.13, 1998.

SCHMIDT, Robert, *What is the meaning of adaptability in the building industry?*, Inglaterra, Loughborough University, 2010.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de, *Territórios*, Barcelona, Gustavo Gili, 2002.

WERNER, Jorg, *Adaptaciones Quotidianas*, Barcelona, Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme, 1993.

WRIGHT, Frank Lloyd, *The Natural House*, Nova Iorque, Horizon Press, 1954.

ZUMTHOR, Peter, *Pensar la Arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 2009.

WEB

Aranguren + Gallegos , 2005, *Projecto Carabanchel*, Madrid.

Disponível em: http://www.arangurengallegos.com/ag/portfolio_page/housing-in-carabanchel/

Comissão Europeia, 2001.

Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1963/N103/N103_item1/P12.html

<http://historia-portugal.blogspot.pt/2008/02/o-terramoto-de-lisboa-1755.html>

<http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia>

<http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia>

http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/01_REGULAMENTO_DR.pdf

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>

<http://www.indiaportuguesa.com/histoacuteria-do-impeacuterio-mariacutetimo-portuguecircs.html>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Descobrimentos_portugueses

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Marvila_\(Lisboa\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marvila_(Lisboa))

Mark Wigley in Textos de comissários da Trienal Internacional de Arquitetura de Lisboa, 2007.

Disponível em: http://oasrs.org:8080/documents/11013/14748/dossiers_10_vazios_urbanos.pdf/ac103975-bd78-430f-98dc-991df32859de

MESTRE, Victor, 2012. Regeneração Urbana - parte 1.

Disponível em: URL:<http://www.patrimonio.pt/index.php/por-dentro/324-regeneracao-urbana-parte-i>.

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa.

Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/01_REGULAMENTO_DR.pdf

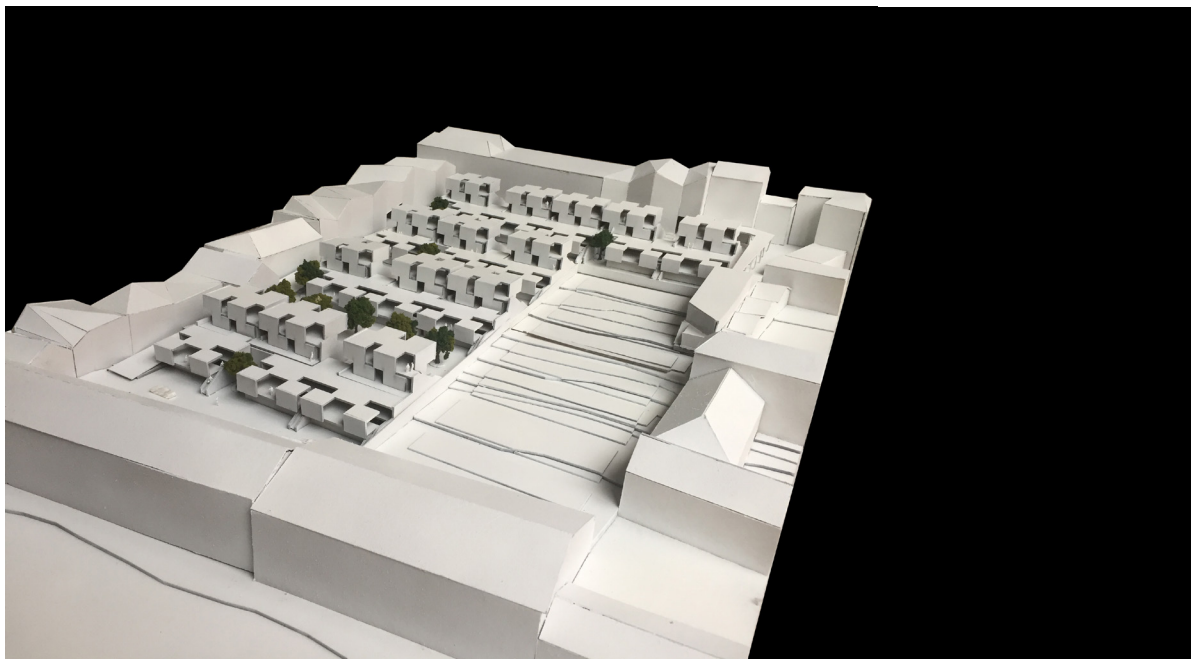
SCHMIDT, Robert, 2009. *Adaptable Futures: A 21st Century Challenge. Changing Roles - New Roles, New Challenges, Holanda.*

Disponível em: <http://adaptablefutures.com/wp-content/uploads/2011/11/Schmidt-et-al.-2009b.pdf>

ANEXOS

- I. FOTOGRAFIAS DAS MAQUETES**
- II. PEÇAS DESENHADAS FINAIS (PAINÉIS)**

ANEXO I

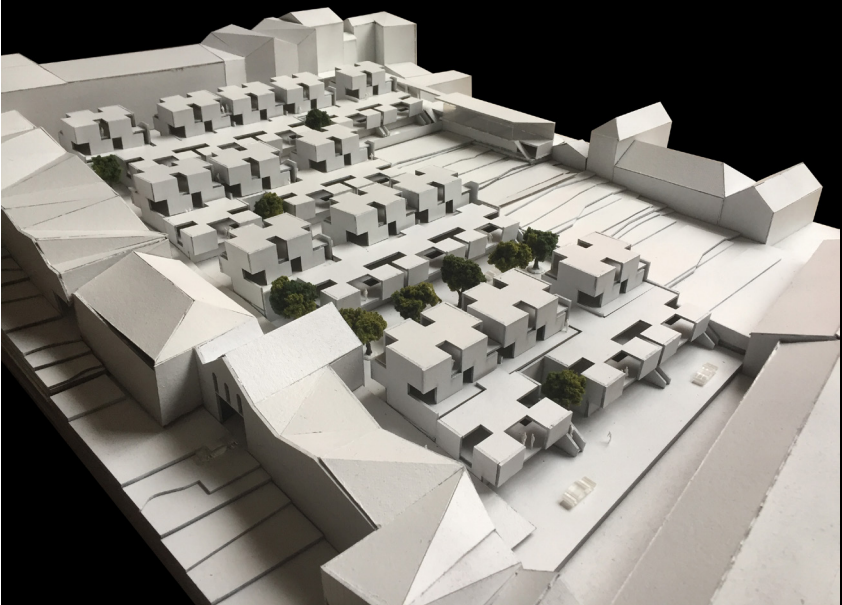


Maquete Conjunto Habitacional 1:200



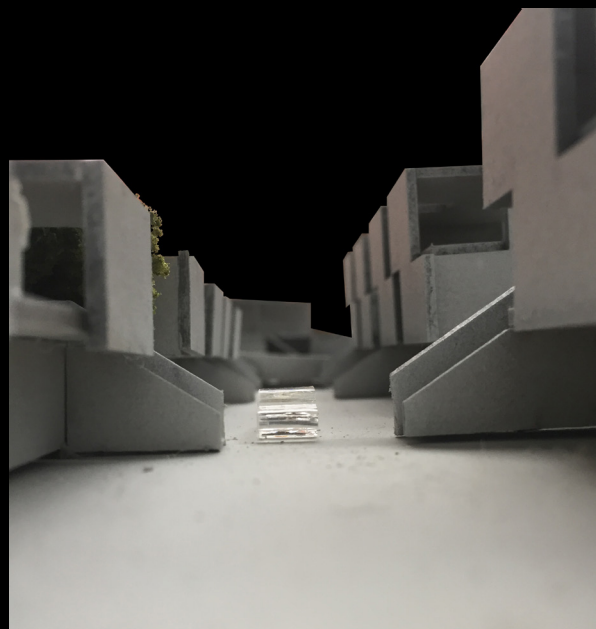


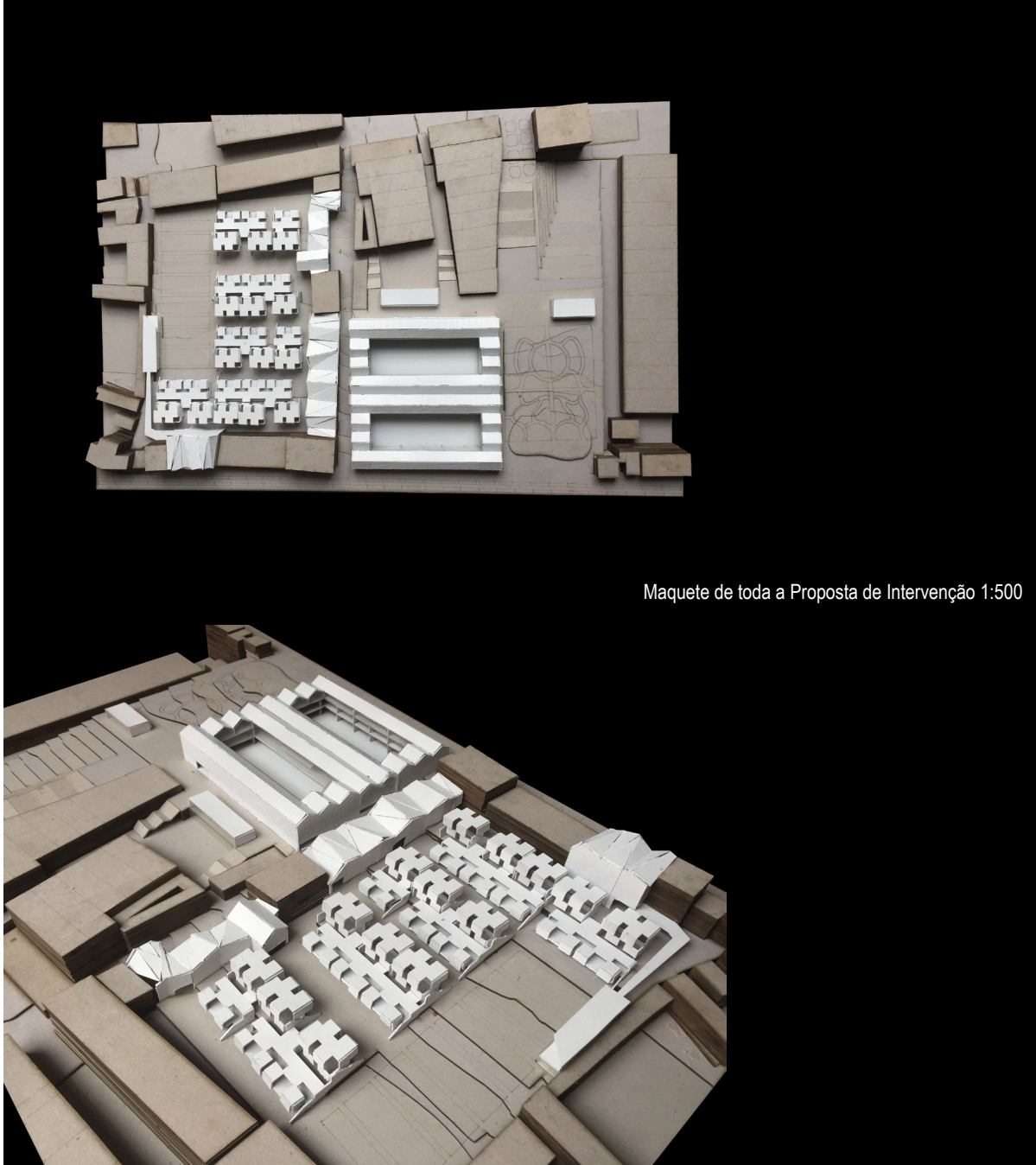
Maquete Conjunto Habitacional 1:200





Maquete Conjunto Habitacional 1:200

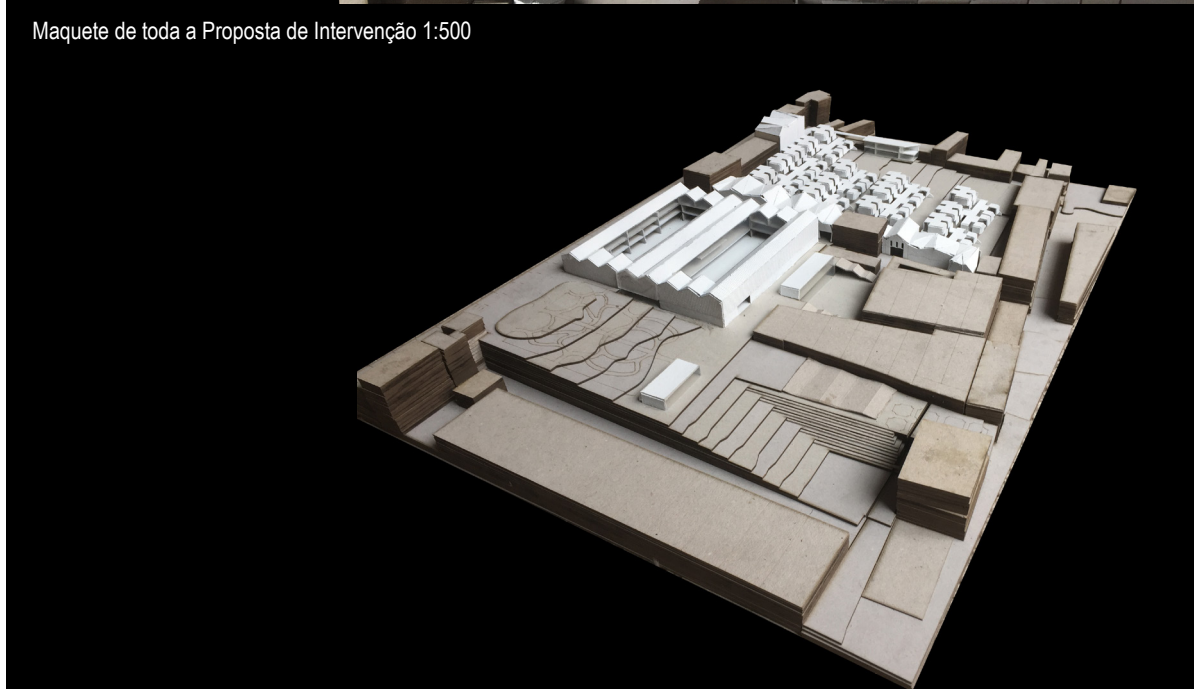




Maquete de toda a Proposta de Intervenção 1:500



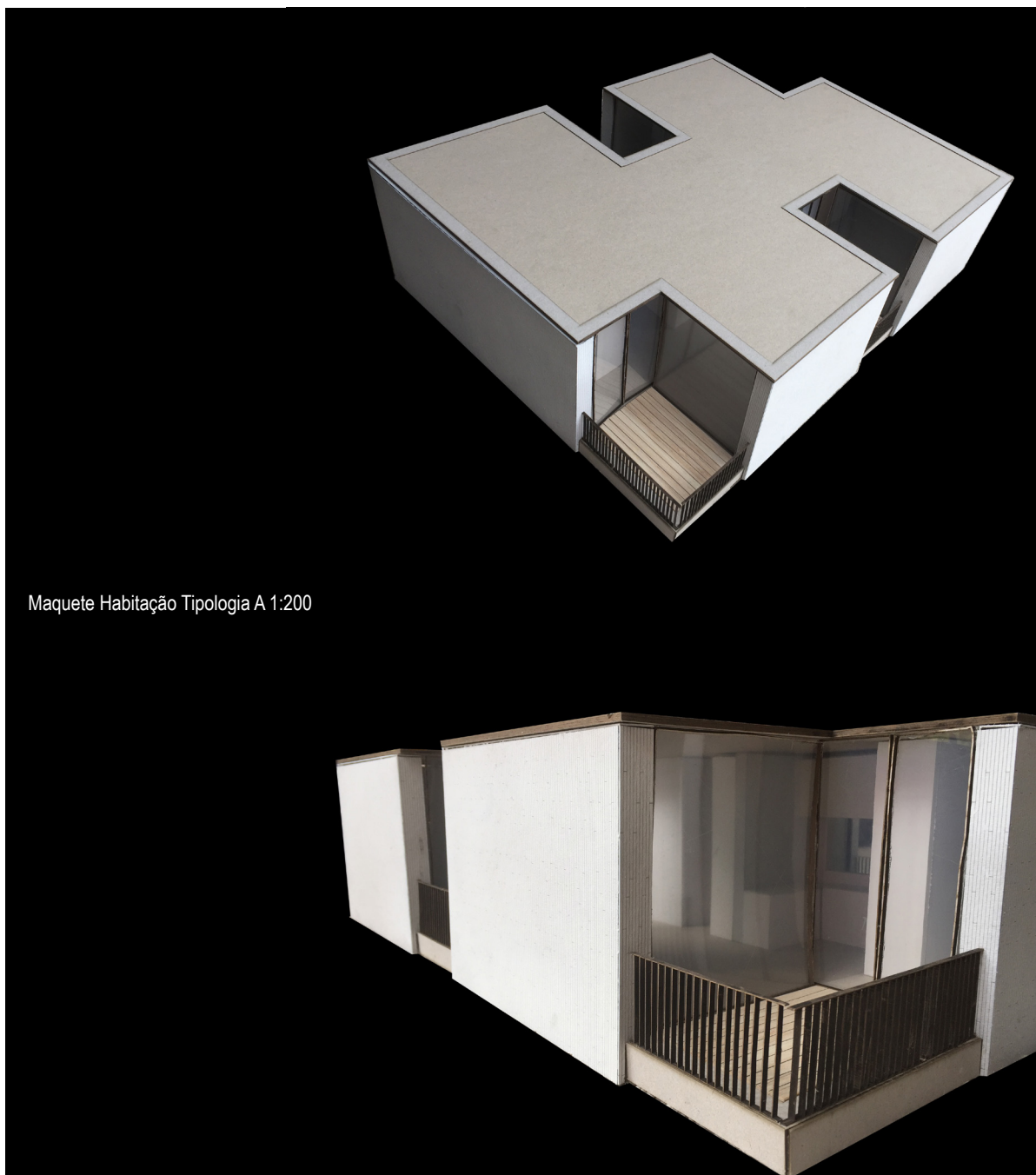
Maquete de toda a Proposta de Intervenção 1:500





Maquete Habitação Tipologia A 1:20





Maquete Habitação Tipologia A 1:200

ANEXO II